



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

JÉSSICA LENNE OLIVEIRA DA COSTA

**ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO JUVENIL DA REGIÃO METROPOLITANA DE
SALVADOR NO PERÍODO DE 2019 A 2022**

**Salvador
2023**

JÉSSICA LENNE OLIVEIRA DA COSTA

**ANÁLISE DA DESOCUPAÇÃO JUVENIL DE SALVADOR E REGIÃO
METROPOLITANA NO PERÍODO DE 2019 A 2022**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia do trabalho.

Orientador: Prof.º Fabrício Pitombo Leite

**Salvador
2023**

C837

Costa, Jéssica Lenne Oliveira da.

Análise da desocupação juvenil da Região Metropolitana de Salvador no período de 2019 a 2022/ Jéssica Lenne Oliveira da Costa. – Salvador, 2023.

65 f.; Il., tab., gráf.

TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientador: Prof. Fabrício Pitombo Leite.

1. Desemprego. 2. Região Metropolitana de Salvador. 3. Jovens - desemprego. 4. Juventude – aspectos socioeconômicos. I. Universidade Federal da Bahia. II. Fabrício Pitombo Leite. III. Título.

CDD: 331.137


COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO TRABALHO MONOGRÁFICO
RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO

2. PARECER DA BANCA EXAMINADORA


ALUNA: JÉSSICA LENNE OLIVEIRA DA COSTA

Em 04 de dezembro de 2023, às 13:00, em sala virtual do *Google Meet*, reuniram-se os membros da banca examinadora e a discente. Após a apresentação da discente, os membros da banca realizaram a arguição, seguida de réplica da discente. Após as respostas à arguição, a banca examinadora se reuniu reservadamente, sem a presença da discente, e teceu considerações a respeito do Trabalho de Conclusão de Curso, considerando o resultado satisfatório e atribuindo a nota 9,5, comunicada posteriormente à discente.


BANCA EXAMINADORA:

 Documento assinado digitalmente
FABRÍCIO PITOMBO LEITE
Data: 04/12/2023 16:49:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PRESIDENTE: Prof. Dr. Fabrício Pitombo Leite

 Documento assinado digitalmente
DIANA LUCIA GONZAGA DA SILVA
Data: 04/12/2023 17:00:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1º MEMBRO: Profa. Dra. Diana Lúcia Gonzaga da Silva

 Documento assinado digitalmente
STELIO COELHO LOMBARDI FILHO
Data: 04/12/2023 22:37:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

2º MEMBRO: Prof. Dr. Stélio Coêlho Lombardi Filho

Dedico este trabalho a Deus, por ter me sustentado em cada passo nesse árduo caminho.

RESUMO

Entre os estudos sobre desemprego, a questão do desemprego juvenil possui destaque tanto na literatura nacional quanto internacional e, em períodos de crise, o tema ganha mais notoriedade. Dentro desse contexto é relevante examinar a Região Metropolitana de Salvador como um exemplo das complexidades socioeconômicas do Brasil em relação ao assunto. Este estudo teve como objetivo demonstrar como fatores socioeconômicos podem impactar o desemprego juvenil a partir da análise de dados e medição de estatísticas sobre a desocupação de jovens da faixa etária dos 15 aos 29 anos, residentes da Região Metropolitana de Salvador, durante os anos de 2019 a 2022, bem como analisar a sua inserção ao mercado de trabalho. A partir de uma metodologia de análises descritivas foi encontrado que faixas etárias mais jovens encontram-se mais desempregadas do que aquelas mais velhas. Além disso, a raça, o gênero e os graus de escolaridade foram importantes na comparação dessas taxas de desocupação, tendo os jovens entre 15 a 24 anos, negros, do gênero feminino e com graus de escolaridade até o ensino médio incompleto apresentado as maiores taxas de desemprego, sendo que as mulheres apresentaram tempo de procura maior do que o de homens e os homens possuíam taxas de informalidade maior do que as mulheres. Tais características também foram relevantes na comparação dos rendimentos efetivos de todos os trabalhos, uma vez que esses rendimentos eram maiores para jovens do sexo masculino em todos os graus de instrução, mas eram próximos entre negros e não negros, exceto no grau de instrução do ensino superior completo, em que não negros obtiveram rendimentos maiores do que negros. A condição familiar e o estudo dos rendimentos domiciliares *per capita* e de todos os trabalhos também foram importantes na análise da inserção dos jovens no mercado de trabalho, uma vez que aqueles que possuíam rendimentos domiciliares *per capita* menores apresentavam em contrapartida maiores taxas de participação, o que indica uma "obrigação" maior em encontrar uma ocupação. Ao mesmo tempo, chefes de família e cônjuges apresentaram menores taxas de desocupação. Esses resultados levaram a uma maior compreensão do desemprego entre jovens da Região Metropolitana de Salvador e suas mais diversas barreiras na inserção ao âmbito profissional.

Palavras-chave: Desemprego entre jovens; mercado de trabalho; Região Metropolitana de Salvador; PNAD contínua.

ABSTRACT

Among studies on unemployment, the issue of youth unemployment is highlighted in both national and international literature and, in periods of crisis, the topic gains more notoriety. Within this context, it is relevant to examine the Metropolitan Region of Salvador as an example of Brazil's socioeconomic complexities in relation to the subject. This study aimed to demonstrate how socioeconomic factors can impact youth unemployment by analyzing data and measuring statistics on the unemployment of young people aged 15 to 29, residents of the Metropolitan Region of Salvador, during the years 2019 to 2022, as well as analyzing their insertion into the job market. Using a descriptive analysis methodology, it was found that younger age groups are more unemployed than older ones. Furthermore, race, gender and education levels were important in comparing these unemployment rates, with young people aged between 15 and 24, black, female and with incomplete secondary education having the highest rates of unemployment, with women having a longer search time than men and men having higher informality rates than women. Such characteristics were also relevant when comparing effective earnings from all jobs, since these earnings were higher for young males at all levels of education, but were similar between blacks and non-blacks, except for the level of complete tertiary education, in which non-blacks obtained higher incomes than blacks. Family status and the study of *per capita* household income and all jobs were also important in the analysis of the insertion of young people into the job market, since those who had lower *per capita* household income on the other hand had higher participation rates, which indicates a greater "obligation" to find an occupation. At the same time, heads of families and spouses had lower unemployment rates. These results led to a greater understanding of unemployment among young people in the Metropolitan Region of Salvador and its most diverse barriers to entering the professional field.

Key-words: Unemployment among young people; job market; Salvador Metropolitan Region; Continuous PNAD.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisões do mercado de trabalho brasileiro.....	18
Quadro 1 - Variáveis utilizadas no estudo por nome, definição e fonte.....	28
Gráfico 1 - Taxa de desemprego total e de jovens por faixa etária na região Metropolitana de Salvador entre os trimestres de 2019 a 2022.....	29
Gráfico 2 - Pirâmide etária da população residente da RMS em 2019 e 2022.....	34
Gráfico 3 - Taxa de desemprego de jovens entre 15 a 29 anos por gênero na região Metropolitana de Salvador entre os trimestres de 2019 a 2022.....	38
Gráfico 4 - Rendimentos domiciliares <i>per capita</i> de jovens de 15 a 29 anos entre os trimestres de 2019 a 2022 e respectivas taxas de participação, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.....	46
Gráfico 5 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens de 15 a 29 anos por grau de instrução entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.....	47
Gráfico 6 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de mulheres como proporção do rendimento de homens por grau de instrução entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.....	49
Gráfico 7 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros de 15 a 29 anos com ensino superior completo como proporção do rendimento de jovens não negros entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.....	53
Gráfico 8 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros de 15 a 29 anos sem instrução ou fundamental incompleto como proporção do rendimento de jovens não negros entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.....	54
Gráfico 9 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros de 15 a 29 anos com fundamental completo ou médio incompleto como proporção do rendimento de jovens não negros entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.....	55
Gráfico 10 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros de 15 a 29 anos com ensino médio completo ou superior incompleto como proporção do rendimento de jovens não negros entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de desemprego (%) de jovens de 15 a 29 anos por condição no domicílio entre os trimestres de 2019 a 2022.....	32
Tabela 2 - Distribuição da população jovem dividida por gênero e faixas etárias (%) 2019 - 2022.....	33
Tabela 3 - Taxa de participação (%) de jovens entre 15 a 29 anos por gênero e faixa etária na Região Metropolitana de Salvador entre os trimestres de 2019 a 2022.....	36
Tabela 4 - Taxa de desemprego (%) de jovens entre 15 a 29 anos por gênero na região Metropolitana de Salvador entre os trimestres de 2019 a 2022.....	37
Tabela 5 - Tempo de procura por emprego por gênero - porcentagem (%) da população jovem por gênero desocupada que tomou providências para conseguir um emprego. 2019 - 2022.....	39
Tabela 6 - Taxa de informalidade (%) por gênero entre os trimestres de 2019 a 2022.....	40
Tabela 7 - Total da população na força de trabalho negra e não negra da RMS entre 15 e 29 anos de idade e respectivas taxas de desocupação nos trimestres 2019 a 2022.....	42
Tabela 8 - Taxas de desemprego (%) por grau de instrução de jovens de 15 a 29 anos entre os trimestres de 2019 e 2022.....	44
Tabela 9 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de mulheres como proporção do rendimento de homens por grau de instrução entre os trimestres de 2019 a 2022.....	50

LISTA DE ABREVIACÕES

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CLT	Consolidao das Leis do trabalho
RMS	Região Metropolitana de Salvador
ANDI	Agência de Notícias dos Direitos da Infância
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
OIT	Organizao Internacional do Trabalho
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
RDPC	Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
2.1 TEORIAS DO DESEMPREGO	14
2.2 DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL	17
2.3 DETERMINANTES DA DESOCUPAÇÃO	22
3 METODOLOGIA	26
3.1 ANÁLISE DESCRITIVA DA POPULAÇÃO JOVEM	26
4 RESULTADOS	29
4.1 PANORAMA GERAL	29
4.2 GÊNERO	32
4.3 RAÇA/COR	40
4.4 ESCOLARIDADE	43
4.5 RENDIMENTOS	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desocupação, popularmente conhecida como desemprego, é a situação em que se encontram as pessoas que não estão trabalhando, mas que tomaram providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo (IBGE, 2023). Esse grupo de indivíduos é constituído, de acordo com a definição oficial do IBGE, pelas pessoas na força de trabalho com idade de trabalhar, a partir de 14 anos ou mais.

O tema do desemprego possui grande destaque na literatura nacional e internacional, refletindo fortemente seus aspectos econômicos, sociais e políticos, mas, em períodos de crise, o assunto volta a receber ainda mais atenção e, entre os grupos mais impactados por essa situação, os jovens se destacam como uma parcela particularmente vulnerável da sociedade. A transição dos jovens para o mercado de trabalho enfrenta desafios significativos, com índices de desemprego consistentemente mais altos do que em outros grupos de idade (Borges *et al.*, 2020). Dentro desse cenário, é pertinente examinar a Região Metropolitana de Salvador (RMS) como um exemplo das complexidades socioeconômicas do Brasil dentro do período antes e durante a pandemia da Covid-19.

Durante períodos de crise econômica, é comum que os jovens sejam especialmente impactados, resultando não apenas em uma queda na produtividade, mas também podendo comprometer o bônus demográfico¹ do Brasil. A subutilização do trabalho juvenil pode acarretar uma série de questões sociais, incluindo o potencial aumento da criminalidade, como indicado por Borges e outros (2020).

Este trabalho se propôs a investigar e compreender a questão do desemprego entre jovens na Região Metropolitana de Salvador, ao mesmo tempo em que identificou as características socioeconômicas dos diversos grupos, na busca por demonstrar como fatores socioeconômicos podem impactar o desemprego juvenil.

¹ Está relacionado ao conceito de transição demográfica e é quando há um potencial econômico importante em decorrência da grande mão-de-obra disponível, composta pelas pessoas em idade economicamente ativa em relação à quantidade da população dependente (Alves, 2004).

A escolha do tema se justifica pela relevância, tanto acadêmica quanto prática, desse problema, considerando o impacto direto que o desemprego juvenil pode ter não apenas na vida dos jovens afetados, como também na dinâmica econômica e social da região. A escolha também se justifica pelo interesse de trazer dados mais atuais sobre essa problemática, considerando o cenário atípico causado pela chegada da pandemia da Covid-19, e especificar a Região Metropolitana de Salvador de maneira focalizada dentro de uma análise mais abrangente.

Os jovens estão particularmente expostos aos impactos socioeconômicos da pandemia da Covid-19, uma vez que, segundo relatórios da Organização Internacional do Trabalho (2020, *apud* Pedroso; Gini, p.187-188, 2020) estão mais vulneráveis em decorrência de serem os primeiros a terem as suas horas de trabalho reduzidas ou serem demitidos de seus postos. E, em particular, há um nível de informalidade muito significativo entre esse grupo etário em economias de baixa e média renda, o que evidencia suas vulnerabilidades quanto à pouca ou nenhuma proteção trabalhista. Nesse sentido, dentre outros fatores como o atraso escolar e a redução de oportunidades causados pelo *lockdown*, a inserção ao mercado de trabalho em períodos de recessão pode ser um fator que leva a perdas de ganhos para a juventude (Pedroso; Gini, *Ibid.*).

A RMS, como um dos pólos urbanos mais importantes do Nordeste brasileiro, apresenta uma série de particularidades e desafios que influenciam as oportunidades de emprego para os jovens residentes, tais como a alta taxa de informalidade entre jovens (Santos; Santos, 2011), a evidente segregação socioespacial (Carvalho; Souza; Pereira, 2004) e considerável porcentagem de jovens que não estudam e nem trabalham (Pereira; Queiroz, 2020). Nesse sentido, a heterogeneidade das condições sociais desse grupo etário acrescenta complexidade ao cenário do desemprego juvenil.

A juventude e a adolescência são grupos sociais definidos a partir de específicas faixas etárias. Em um contexto nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que um indivíduo adolescente é aquele que possui idade entre 12 e 18 anos, enquanto o termo jovem, de acordo com a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), é frequentemente empregado para definir aquele indivíduo que

possui entre 15 e 29 anos, de modo a alinhar-se com a prática internacional. Assim, os limites de faixa etária para classificação da juventude podem apresentar certas divergências a depender das fontes, porém, nesse estudo foram consideradas as fases da adolescência, aquela compreendida entre os 15 aos 17 anos, a fase da juventude entre os 18 e 24 anos e a fase jovem-adulta, dos 25 aos 29 anos.

O IBGE considera a idade legal para trabalho a partir dos 16 anos, seguindo o artigo 403 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), porém, considera as pessoas com 16 anos ou mais e a partir de 14 anos, desde que estejam atuando como aprendizes. Para manter consistência com as categorias de faixa etária que definem a juventude, este estudo focou apenas em pessoas a partir dos 15 anos. Isso foi feito para estar em alinhamento com a definição de juventude e garantir uma análise adequada dos dados de maneira agregada.

A partir de uma revisão de literatura a respeito do tema, somada à análise de dados estatísticos do mercado de trabalho dos jovens entre 15 a 29 anos na RMS, este estudo buscou identificar os principais indicadores do desemprego juvenil, considerando fatores como gênero, renda, idade, grupos de escolaridade, informalidade, raça/cor e condição no domicílio. Utilizando como ferramenta os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2019 e 2022, empregaram-se análises descritivas com o objetivo de demonstrar como fatores socioeconômicos podem impactar o desemprego juvenil na RMS, dentro do contexto atípico causado pela pandemia da Covid-19.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 TEORIAS DO DESEMPREGO

Segundo Proni (2015), a partir do século XIX, economistas de diversas correntes começaram a focar na investigação do desemprego. Contudo, ao longo do século XX, houve um aumento significativo no debate sobre esse tema, tornando-se mais intenso tanto academicamente quanto politicamente. Dessa forma histórica, o desemprego tem sido persistentemente um desafio econômico em países desenvolvidos, mas seus impactos têm variado ao longo do tempo.

Ainda segundo o autor, ao final da Revolução Industrial, David Ricardo (1821 *apud* Proni, 2015) foi o primeiro na discussão abrangente sobre o desemprego. Em seus 'Princípios de Economia Política e Tributação' (1821 *apud* Proni, *Ibid.*), ele admitiu que o avanço das técnicas de produção poderia acarretar em efeitos adversos para uma parcela considerável da classe trabalhadora, resultando na demissão de trabalhadores tanto nos setores industriais quanto agrícolas. No entanto, ele mantinha a perspectiva de que o desemprego gerado pela introdução de inovações tecnológicas deveria ser encarado como um custo necessário para o progresso nacional.

Isso ocorria porque se acreditava que qualquer tentativa de barrar a implementação de máquinas levaria os investidores capitalistas a buscar oportunidades em outros países, o que acarretaria na falta de contribuição para a criação de empregos localmente. Nesse contexto, a perspectiva de David Ricardo (1821 *apud* Proni, 2015) sobre o desemprego estava vinculada à sua compreensão da relação entre mudanças tecnológicas, salários e emprego. O desemprego era visto como uma consequência das inovações tecnológicas e um custo inevitável ao avanço econômico (Proni, *Ibid.*).

A visão de Marx (1867 *apud* Proni, 2015) em relação ao desemprego compreende sua interpretação do trabalho nas relações econômicas do sistema capitalista. O mercado de trabalho para Marx era aquele em que o trabalho havia se tornado uma mercadoria, como descrito em O Capital (1867 *apud* Proni, *Ibid.*). Para garantir que o

progresso da acumulação de capital não fosse limitado pela possibilidade de escassez de mão de obra ou pelo substancial aumento dos salários, o avanço do sistema capitalista resultou na formação de um fenômeno que Marx (186 *apud* Proni, *Ibid.*) chama de "exército industrial de reserva" (Proni, *Ibid.*).

"Exército" este que seria formado por pessoas desempregadas, trabalhadores que realizam suas atividades em domicílio e agricultores, que poderiam ser acionados durante as fases de expansão econômica. Dentro desse cenário, a ausência de oportunidades de trabalho é vista como uma das consequências naturais da maneira como esse sistema de acumulação de capital opera, definindo um modelo de funcionamento para o mercado de trabalho (Proni, 2015).

Para Walras (1874 *apud* Proni, p.4. 2015) o desemprego era um desequilíbrio momentâneo e o sistema econômico tendia naturalmente ao equilíbrio geral e à condução do pleno emprego. Partindo dos mesmos fundamentos teóricos, Alfred Marshall (1890 *apud* Proni, p.5 2015) mostrou que qualquer falha no mercado de trabalho deveria ser considerada como um problema originado por intervenções que afetam a atuação livre das forças do mercado. No final do século XIX, as transformações na produção da II Revolução Industrial promoveram uma reorganização da classe trabalhadora, resultando em alterações significativas entre os operários. Isso incluiu a modernização da estrutura sindical e a busca por condições de trabalho melhores, conforme descrito por Proni (*Ibid.*).

Apenas no século XX, o desemprego ganhou status de desafio social na qual os trabalhadores não tinham controle. Entre 1909 e 1922, na Inglaterra, surgiu o pioneiro programa nacional de seguro-desemprego. Isso provocou uma mudança de paradigma: economistas e formuladores de políticas passaram a advogar por programas preventivos e de assistência para amenizar os impactos desse problema econômico. A interpretação para essa abordagem foi tida como um assunto social, indo contra a visão predominante na teoria econômica da época, que afirmava que o desemprego era uma opção voluntária dos trabalhadores que rejeitavam salários vindos do equilíbrio entre oferta e demanda. Em outras palavras, não se considerava a necessidade de intervenção governamental (Proni, 2015).

O conceito de desemprego voluntário e involuntário é um dos assuntos mais importantes da teoria econômica e foi abordado por economistas como Keynes (1936), Robert Lucas (1977) e outros autores chamados de Novos Keynesianos. Keynes (*Ibid.*) tratava o desemprego como um fenômeno involuntário, que ocorre quando os trabalhadores estão dispostos a trabalhar a taxas de salário de mercado, mas encontram dificuldades em se alocar em um posto de trabalho. Para o autor, o mercado de trabalho não é rapidamente ajustado para alcançar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de emprego, em decorrência da rigidez dos preços e salários, além das incertezas econômicas.

Nesse sentido, o desemprego involuntário seria uma característica presente nas economias, levando à necessidade da intervenção do governo com o objetivo de estimular a demanda agregada, reduzindo o desemprego. Robert Lucas (1977), no entanto, discorda da noção de desemprego involuntário ao argumentar que, a longo prazo, os trabalhadores possuem expectativas racionais e ajustam suas decisões com base na conjuntura de mercado. Assim, as tentativas de estímulos por parte do governo para diminuir o desemprego seriam falhas, uma vez que a população se ajustaria às mudanças nessas políticas. Por isso, para Lucas (*Ibid.*), o desemprego é voluntário e os trabalhadores alocam as decisões entre lazer e trabalho. Já os novos keynesianos incorporam elementos dessas duas visões.

Mankiw, Romer e Weil (1992), por exemplo, fazem parte da vertente novo-keynesiana e introduzem as imperfeições de mercado e a rigidez de preços e salários para explicar como o desemprego involuntário pode persistir mesmo que existam situações de equilíbrio de mercado. Ou seja, os novos keynesianos reconhecem que o desemprego involuntário pode existir a curto prazo (Sicsú, 1999). Porém, eles acreditam que as expectativas racionais dos agentes também desempenham uma função importante. Dessa forma, as políticas monetárias e fiscais podem ser usadas para reduzir o desemprego a curto prazo, mas no longo prazo as expectativas dos trabalhadores e empregadores podem influenciar o fluxo do mercado de trabalho.

Outra teoria que explica o fenômeno é a teoria da busca por emprego, que mostra que dadas as fricções do mercado, existem ao mesmo tempo trabalhadores

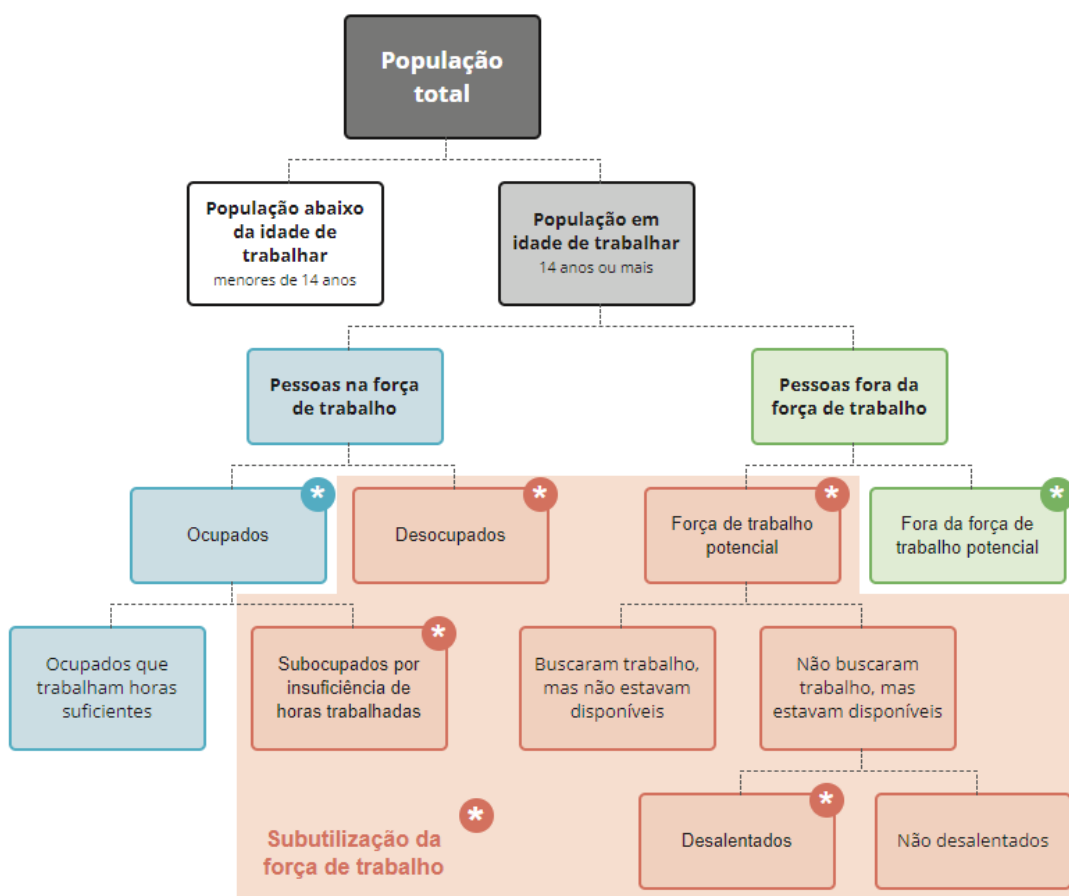
desempregados e vagas abertas. Essa teoria explica o desemprego dentro de um contexto de assimetria de informações em um mercado de trabalho competitivo. Dessa forma, os trabalhadores buscam oportunidades de trabalho e propostas salariais, enquanto as empresas procuram por trabalhadores cuja produtividade ainda não conhecem. Conseqüentemente, a chance de encontrar uma oferta salarial maior está relacionada ao período gasto na procura por esse emprego. Por outro lado, quanto mais tempo levar essa busca, mais custoso será o tempo de espera para alcançá-lo (Nascimento, 2009).

Cada abordagem a respeito do desemprego é capaz de esclarecer determinados aspectos deste problema, porém, de acordo com Borjas (2012) nenhuma teoria isolada apresenta uma explicação plenamente convincente para o motivo pelo qual o desemprego ocasionalmente afeta uma parte substancial da mão de obra, o porquê de certos grupos serem mais afetados que outros, ou ainda a razão de alguns trabalhadores permanecerem sem emprego por períodos mais prolongados do que outros.

2.2 DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO JUVENIL

Segundo o IBGE (2023), entre a população em idade de trabalhar, existem as pessoas na força de trabalho e as pessoas fora da força de trabalho. A subutilização da força de trabalho engloba aquelas pessoas que, estando na força de trabalho, estão desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas, e, entre aquelas que estão fora da força de trabalho, são consideradas força de trabalho potencial, mas estão desalentadas ou não disponíveis.

Figura 1 - Divisões do mercado de trabalho brasileiro.



Fonte: IBGE, Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. 2023

De acordo com a OIT, o desemprego é definido como a situação em que um indivíduo não está ocupado economicamente, está disponível para o trabalho e está ativamente buscando oportunidades remuneradas (OIT, 2013 *apud* Proni, 2015). Embora essa definição seja amplamente reconhecida, existem divergências sobre como categorizar pessoas envolvidas em ocupações esporádicas, temporárias ou improvisadas, ou aquelas que não procuram emprego devido a desmotivação e falta de perspectiva de contratação (Proni, *Ibid*).

Em outras palavras, as formas de privação de emprego podem variar, complicando a avaliação desse fenômeno. No entanto, as teorias sobre desemprego geralmente não abordam essas particularidades (Proni, 2015). Nesse sentido, em um primeiro momento, torna-se relevante uma análise específica sobre a desocupação de jovens enquanto um elemento da subutilização dessa força de trabalho.

Santos e Santos (2011) consideram que os jovens que tentam entrar no mercado de trabalho enfrentam desafios significativos, especialmente pela falta de experiência profissional e pela crescente demanda das empresas por habilidades específicas. Adicionalmente, muitos desses jovens se deparam com a difícil escolha entre focar nos estudos para atingir o nível educacional exigido ou entrar no mercado de trabalho para ganhar experiência (Santos; Santos, *Ibid.*).

Segundo os autores, para esses indivíduos, essa iniciativa se apresenta ainda mais desafiadora, pois, frequentemente, eles são vistos como despreparados, carentes de qualificação e destinados somente a se envolverem em ocupações consideradas menos especializadas. Santos e Santos (2011), inclusive, dividem a categorização do desemprego entre desemprego aberto e desemprego oculto:

Quanto à sua mensuração e categorização, o mais importante tipo de desemprego é o aberto, que acontece quando o profissional desocupado não consegue se encaixar em uma vaga, devido à insuficiência de oportunidades, considerando, inclusive, os trabalhadores informais como desempregados. Outra categoria de análise é o desemprego oculto, que integra todos aqueles indivíduos que não conseguem uma vaga no mercado formal e passam a atuar, definitivamente, no mercado informal, sem que haja o registro oficial de sua participação no nível de ocupação. Esse é o ambiente em que se encontra a maioria dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos (Santos; Santos, 2011, p. 28).

A transição dos jovens para o mercado de trabalho está imersa em um contexto de diversos obstáculos tais como a falta de experiência, concorrência acirrada, desigualdades sociais e até mesmo discriminação. Essa situação muitas vezes pode ser um reflexo da condição familiar, em que há uma dificuldade dos pais em financiar o estudo e lazer dos filhos ou, por outro lado, a necessidade dos filhos de complementar a renda domiciliar. Esses fatores podem acabar ocasionando a entrada desses jovens em trabalhos precarizados ou para a informalidade (Santos; Santos, 2011).

Gonzaga (2011) afirma que quanto mais cedo for o ingresso ao mundo do trabalho, mais vulnerável é o tipo de inserção profissional, principalmente caso o jovem abandone a sua formação escolar. Este último é um fenômeno que apresenta implicações significativas na inserção do mercado de trabalho. A decisão de interromper os estudos muitas vezes resulta em uma déficit educacional que pode impactar adversamente as perspectivas profissionais desses jovens. Além disso, a

falta de qualificações formais pode limitar as opções de emprego disponíveis, direcionando-os para setores de baixa especialização e remuneração.

Por outro lado, a capacidade de equilibrar estudo e trabalho está diretamente ligada ao contexto familiar. Em famílias com menos recursos socioeconômicos, é comum que os jovens assumam simultaneamente estudo e trabalho, aumentando a probabilidade de abandonar os estudos em um momento posterior (Gonzaga, 2011). A juventude contemporânea encara um desafio importante, ao enfrentar a difícil tarefa de equilibrar trabalho e estudos. Gerenciar as demandas acadêmicas enquanto se cumprem obrigações profissionais não apenas reflete as mudanças no cenário educacional e de trabalho, mas também evidencia as pressões que os jovens enfrentam ao buscar independência financeira e realização pessoal (Gonzaga, *Ibid.*).

Ao analisar as condições de atividade dos jovens de determinada faixa etária por grupos de rendimento médio familiar *per capita*, Gonzaga (2011) destacou que em uma família em condição socioeconômica menos favorecida, os jovens tentarão assumir simultaneamente trabalho e estudos, mas são os que menos conseguem, pois ficam, principalmente, desempregados. Porém, em todas as faixas etárias analisadas, a maior parte dos jovens que se encontram em tal condição socioeconômica se dedicam completamente às atividades domésticas, de modo que não estudam e nem trabalham. No entanto, a autora ressalta que:

A condição socioeconômica da família destes jovens é determinante para o tipo de inserção que terão no mercado de trabalho e o momento da vida em que esta inserção acontece. (...) O nível de escolaridade do chefe de família influencia a presença destes indivíduos no mercado de trabalho, pois as taxas de participação são menores para aqueles cujo chefe é mais instruído e maiores para os menos instruídos (Gonzaga, 2011, p. 69).

Nesse sentido, a condição da família pode desempenhar um papel significativo na maneira como o jovem se insere no mercado de trabalho (Gonzaga, 2011). A dinâmica familiar pode afetar vários aspectos da procura por emprego e da inserção e mobilidade no mercado de trabalho do jovem, incluindo suas aspirações, decisões educacionais e escolhas profissionais. A questão financeira, portanto, pode afetar a urgência de um jovem em encontrar trabalho. Aqueles que têm maior suporte financeiro podem ter mais flexibilidade para buscar empregos que correspondam às

suas metas de carreira, enquanto outros podem ser pressionados a aceitar empregos de baixa remuneração devido à imediata necessidade de complementar a renda familiar (Santos; Santos, 2011).

Segundo Rodrigues e Silva (2011), a juventude é socialmente um grupo heterogêneo, uma vez que as inter-relações com o contexto em que se inserem também lhe configuram concepções diversas. As diferenças sociais podem se fazer presentes ao combinar juventude e outras características, como classe, cor e gênero. Nesse sentido, esses autores destacam a questão da juventude como uma conjunção de arranjos que alteram a composição do mercado de trabalho do jovem.

A Região Metropolitana de Salvador possui muitos desafios quanto às suas desigualdades socioeconômicas. Há uma clara disparidade na distribuição de renda, que reflete uma histórica herança de exclusão. O cenário da RMS mostra uma população negra que é desproporcionalmente afetada pela pobreza e que, em consequência, enfrenta dificuldades de acesso a melhores oportunidades em relação à educação, trabalho e saúde (Rodrigues; Silva, 2011).

Outros problemas relacionados à infraestrutura, como serviços de saneamento básico e de transporte, são desafios a mais que podem influenciar a manutenção das desigualdades na RMS. Apesar da relação entre a pobreza na RMS e as taxas de desemprego ser complexa e multifacetada, algumas características inerentes ao cenário da desigualdade explicam a situação do elevado desemprego juvenil na RMS. Jovens em situação de pobreza, por exemplo, enfrentam limitações no acesso à educação de qualidade, o que pode tornar mais difícil a conquista de empregos bem remunerados.

A baixa dinâmica econômica da região também pode aumentar a concorrência pelas vagas já existentes, tornando mais difícil conseguir um espaço no mercado de trabalho no caso daqueles que possuem pouca ou nenhuma experiência profissional. A pobreza muitas vezes também está relacionada à falta de acesso a transporte, o que pode dificultar que os jovens aceitem empregos que estão distantes de suas residências. Este é um cenário presente na RMS, que possui uma segregação espacial muito visível, especialmente na capital Salvador.

2.3 DETERMINANTES DA DESOCUPAÇÃO

Borges e outros (2020), ao analisar a subutilização da força de trabalho juvenil entre os anos de 2012 a 2019, buscou mensurar como as chances de o jovem estar dentro da área de subutilização, como a desocupação, força de trabalho potencial, subocupação por horas trabalhadas e informalidade poderiam ser afetadas por características pessoais, domiciliares e conjunturais. Os autores encontraram diversos cenários em que o jovem se insere que podem estar relacionados a uma maior porcentagem de desemprego. Um dos aspectos mais importantes que explicam o problema está na questão da escolaridade. No geral, observou-se no trabalho que os indivíduos com níveis mais baixos de educação, como ensino fundamental incompleto ou ensino médio incompleto são mais vulneráveis no mercado de trabalho, pois apresentaram as maiores taxas de desocupação, informalidade e subocupação.

A vulnerabilidade juvenil no mercado de trabalho também está relacionada à questão espacial (Borges *et al.*, 2020). A depender da região onde o jovem reside, ele apresentará dificuldades que variam em intensidade para se encaixar em uma ocupação. Jovens que residem na região Nordeste, por exemplo, apresentaram maiores chances de se encontrarem em situação de desemprego e informalidade do que teriam se residissem nas regiões Sul e Centro-Oeste. Entre os grupos menos escolarizados, observou-se que os jovens do Nordeste apresentaram as maiores chances de estarem subutilizados (Borges *et al.*, *Ibid*).

Em adição, mesmo os que possuem ensino médio e ensino superior completos mostraram maior probabilidade de estarem desempregados em comparação com jovens que possuem o mesmo grau de educação, mas que residem em diferentes regiões. Até os que possuem ensino superior enfrentam dificuldades de se alocar no mercado de trabalho e ainda lidam com uma chance maior de estarem desocupados em comparação a regiões como o Sul, algo que os autores consideram ser um problema que denuncia a baixa complexidade econômica do Nordeste, apontando para uma necessidade de promoção do desenvolvimento econômico (Borges *et al.*, *Ibid*).

Observando os dados das principais regiões metropolitanas do Brasil e os efeitos de cada variável sobre a probabilidade de um jovem estar desempregado e inativo, Cunha, Araújo e Lima (2011) encontraram que o fato de o jovem ser homem, branco, ter mais idade, maiores anos de estudo, mais experiência e ter maior nível de renda *per capita* afetam negativamente a probabilidade desse sujeito se encontrar desempregado. Borchers e outros (2022) também encontraram que brancos têm mais chances de estarem empregados, mas observou que os homens, principalmente os que residem na região Nordeste, possuem mais chances de estarem desocupados. Cunha, Araújo e Lima (2011) ressaltam também a questão da discriminação no mercado de trabalho brasileiro, uma vez que ser homem teve efeito negativo nessa probabilidade em ambas as estimações. Os autores também encontram, e entrando em acordo com Camargo e Reis (2005 *apud* Cunha; Araújo; Lima, p. 382, 2011), que, até os 24 anos, as taxas de desocupação são mais intensas, mesmo para aqueles com maior nível educacional.

Tal observação os fez justificar a baixíssima participação na força de trabalho entre jovens até 24 anos, ou seja, a grande massa de força de trabalho potencial que não está buscando emprego. Em relação aos dados de escolaridade, esse mesmo estudo verificou que a probabilidade de estar em situação de desemprego era maior para os estudantes, crescia com os anos de estudo até atingir um limite, para depois passar a decair. Esse aumento poderia ser explicado pela elevação na participação na força de trabalho em paralelo aos anos de estudo.

Nesse estudo, a experiência também mostrou ser um elemento fundamental para aumentar as chances de conseguir um emprego. A importância da experiência na inserção dos jovens no mercado de trabalho tem crescido nas últimas décadas, o que reflete uma mudança nas expectativas e demandas dos empregadores. Isso pode ser explicado devido a experiência ser um dado que demonstra a capacidade prática dessa força de trabalho em desempenhar suas funções. Essa é uma característica no perfil do jovem que é cada vez mais exigida no âmbito profissional (Cunha; Araújo; Lima, 2011).

Os autores observam ainda que os chefes de família tinham menor probabilidade de estarem desempregados, devido à responsabilidade pelo orçamento doméstico, o que acarretaria em uma busca mais incessante por emprego (Cunha; Araújo; Lima, 2011). Já em relação à renda, o sinal negativo na probabilidade de desemprego sugeriu que, e entrando em acordo com Silva e Kassouf (2002 *apud* Cunha; Araújo; Lima, p. 384, 2011) e Fernandes e outros (2008 *apud* Cunha; Araújo; Lima, p. 384, 2011), quanto maior a renda familiar, melhores as condições de o jovem ter formação educacional e preparo para o mercado de trabalho, aumentando, dessa forma, sua empregabilidade.

Borchers e outros (2022) observaram que, em relação à condição no domicílio, os responsáveis têm menores chances de se encontrarem desempregados do que os que não são, e a possível justificativa é o fato de eles precisarem assumir a obrigação de manter a renda da família, mesmo quando a oferta de remuneração é baixa. Também foi encontrado nesse estudo que os residentes do Nordeste possuem maiores chances de se encontrarem desempregados em comparação a regiões como o Sul e Sudeste, que apresentaram as menores chances. No trabalho em questão, os jovens homens, não brancos, residentes na região Norte e Nordeste do país e em famílias maiores possuem maiores chances de estarem desempregados.

Além desses estudos, existem diversos outros capazes de explicar o que determinaria a situação de desemprego entre jovens. Tais explicações são compostas por numerosos fatores que contribuem para o cenário do desemprego, alguns autores entrando em acordo entre si, ou divergindo em determinadas características, que muitas vezes dependem do espaço e do tempo em que as análises foram feitas. Mas, no geral, pode-se perceber que o desemprego entre jovens é influenciado por uma série de determinantes complexos e interconectados. Alguns dos principais determinantes incluem a falta de experiência, nível de educação, discriminação, localização geográfica e as próprias condições do mercado de trabalho em que estão inseridos. Portanto, identificar os elementos específicos que influenciam a desocupação entre jovens na Região Metropolitana de Salvador é crucial para contribuir com a discussão sobre o desenvolvimento de

políticas e de estratégias para enfrentar esse problema.

3 METODOLOGIA

3.1 ANÁLISE DESCRITIVA DA POPULAÇÃO JOVEM

A análise concentrou-se na análise descritiva das características socioeconômicas da população jovem, com idades entre 15 e 29 anos, na Região Metropolitana de Salvador, composta pelos municípios Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Lauro de Freitas, Simões filho, Candeias, Dias D'Ávila, Pojuca, Mata de São João, São Sebastião do Passé, Madre de Deus, Vera Cruz e Itaparica entre os trimestres de 2019 a 2022. A pesquisa se baseou nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), uma fonte de dados que aborda diversas dimensões da vida socioeconômica dos brasileiros.

A extração e tratamento desses dados foram realizados a partir do *software* RStudio e do Excel para construção dos gráficos e tabulação dos resultados. Tal análise foi possibilitada pelo pacote PNADcIBGE, que facilitou a importação dos dados amostrais, além do uso do pacote *survey* que permitiu analisá-los sob amostragem complexa. As variáveis socioeconômicas foram extraídas por recorte de faixa etária, gênero, rendimentos, raça e grau de escolaridade e depois relacionadas pelos respectivos indicadores de desemprego e mercado de trabalho por tabelas e gráficos.

Tal abordagem metodológica é amplamente utilizada na descrição de tendências e observação de dados. As vantagens da utilização deste método incluem a possibilidade de obter uma visão ampla de um fenômeno e flexibilidade quanto ao uso de dados quantitativos e qualitativos (Castellanos, c2023). Além disso, ela é comumente usada na literatura sobre desemprego e mercado de trabalho. Trabalhos como os de Araújo (2021), Marion Filho, Schumacher e Reichert (2012) e Santos (2014) lançam mão da ferramenta de análises descritivas para analisar taxas de desemprego quanto aos diferentes perfis da juventude, tais como rendimentos por grupos de sexo, cor e escolaridade (Araújo, 2021), desemprego e tempo de procura por gênero e faixa etária, inclusive considerando a Região Metropolitana de Salvador em decorrência de sua importância dentro do contexto baiano e do Nordeste (Marion

Filho; Schumacher; Reichert, 2012), e diferenças por condições familiares como número de residentes e estado civil (Santos, 2014).

Ao longo deste trabalho, foi explorada uma série de hipóteses que podem influenciar as taxas de desemprego neste grupo demográfico. Primeiramente, considera-se a hipótese de que o nível de educação desempenha um papel fundamental, em que jovens com menor qualificação educacional podem enfrentar maiores dificuldades de encontrar uma ocupação. Foi investigada também a hipótese de que a discriminação no mercado de trabalho pode ser uma barreira à inserção do jovem no mercado de trabalho.

Variáveis como gênero e raça são consideradas como fatores que podem determinar maiores chances de um jovem se encontrar desempregado. Em particular, acredita-se que homens e não negros possuem maiores chances de serem empregados e possuam maiores rendimentos. Foi adotada, além disso, a hipótese de que a maior idade vem acompanhada de menores níveis de desemprego, uma vez que ela geralmente representa um acúmulo de experiência. Acredita-se também que a questão familiar possui influência sobre a forma em que o jovem se insere no mercado de trabalho, portanto, famílias com rendimentos menores forçam o jovem a estar empregado.

As variáveis utilizadas como base na construção desses indicadores foram extraídas e/ou calculadas a partir do próprio dicionário de variáveis da PNADC e estão elencadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas no estudo por nome, definição e fonte.

VARIÁVEL	DEFINIÇÃO	FONTE
Desocupação	Situação em que se encontram as pessoas com idade de trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tomaram alguma providência para encontrar trabalho. (IBGE, 2023)	PNAD Contínua
Taxa de desemprego	Porcentagem das pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. (IBGE, 2023)	PNAD Contínua
Tempo de procura por trabalho	Período em que um indivíduo desempregado está ativamente tentando encontrar uma ocupação. (IBGE, 2023)	PNAD Contínua
Taxa de participação	Proporção da população em idade ativa que está na força de trabalho estando empregadas ou desempregadas procurando ativamente emprego. (IBGE, 2023)	PNAD Contínua
Taxa de informalidade	Percentual de trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada, autônomos sem contribuição previdenciária e empregadores sem registro formal da empresa em relação ao total da população ocupada. (IBGE, 2023)	PNAD Contínua
Grau de instrução	Nível de educação mais elevado alcançado. (IBGE, 2023)	PNAD Contínua
Rendimentos domiciliares per capita	Soma dos rendimentos totais de um domicílio dividida pelo número de pessoas que compõem esse domicílio. (IBGE, 2023)	PNAD Contínua
Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos	Soma total dos ganhos financeiros que um indivíduo recebe de todas as suas atividades de trabalho em um determinado período de tempo, incluindo salários do setor privado, rendas de trabalhos autônomos ou qualquer receita decorrente do trabalho. (IBGE, 2023)	PNAD Contínua
Gênero	Variável utilizada neste trabalho para medir as disparidades de gênero no âmbito socioeconômico, dividida, seguindo o IBGE, por homem e mulher.	PNAD Contínua
Raça	Variável de categorização em grupos de cor ou etnia, utilizada para medir discriminação no contexto socioeconômico, neste trabalho a categorização foi feita entre negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas).	PNAD Contínua
Idade	Variável medida em anos, neste estudo foi utilizada a faixa etária dos 15 aos 29 anos.	PNAD Contínua

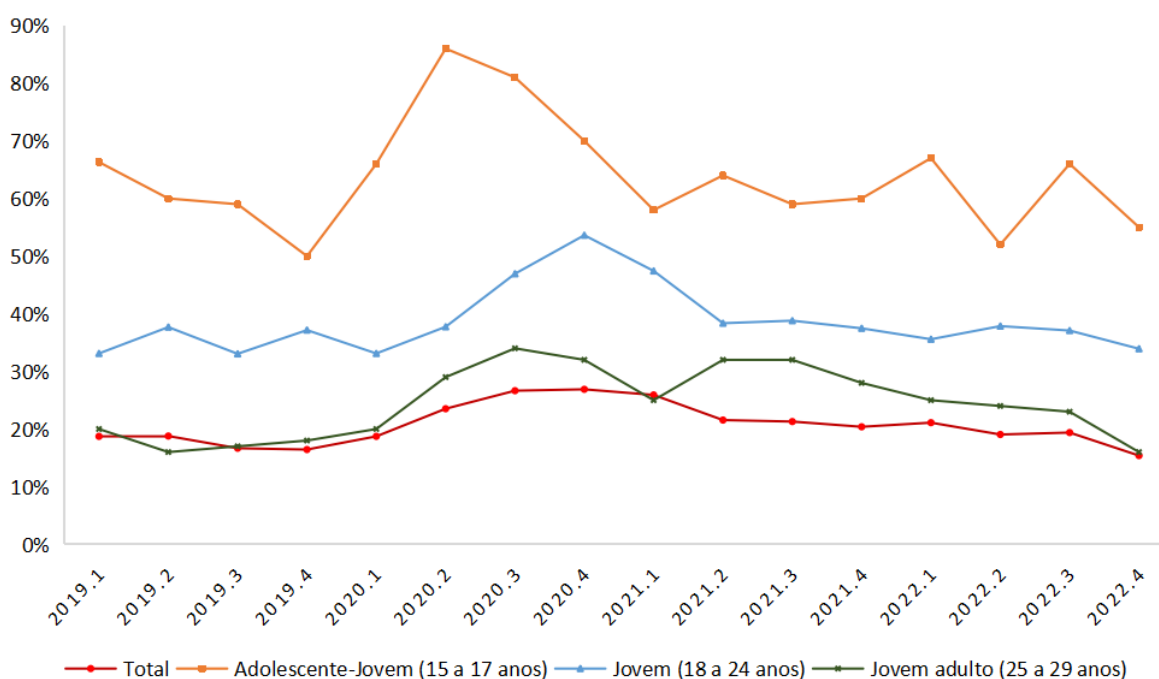
Fonte: IBGE/PNADC
Elaboração própria, 2023.

4 RESULTADOS

4.1 PANORAMA GERAL

O Gráfico 1 revela o avanço da taxa de desemprego total e de jovens dividida por faixas etárias ao longo dos trimestres de 2019 a 2022. Logo a princípio, fica evidente que a proporção de desocupação é muito maior para os adolescentes-jovens de 15 a 17 anos, tendo como ponto mais crítico o segundo trimestre de 2020, quando iniciaram-se as restrições decorrentes da emergência sanitária causada pela pandemia da Covid-19, em que diversos comércios, estabelecimentos e escritórios precisaram suspender suas atividades por tempo indeterminado.

Gráfico 1 - Taxa de desemprego total e de jovens por faixa etária na região Metropolitana de Salvador entre os trimestres de 2019 a 2022



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

Uma onda de demissões tomou conta de diversas cidades do país, o que pode ter contribuído para uma elevação ainda maior da desocupação de adolescentes, que muitas vezes ocupam cargos menos estáveis como aprendizes e estagiários. Os jovens de 18 a 24 anos apresentaram, ao longo do tempo, uma taxa de desemprego

significativamente menor do que a de adolescentes. Porém, também sofreram com a crise econômica gerada pelo coronavírus e apresentaram um pico de desocupação no último trimestre do ano de 2020.

Já no caso dos jovens adultos (25 a 29 anos), essa taxa é ainda menor, se aproximando da taxa de desocupação total da RMS. No entanto, ainda percebe-se que durante a pandemia e mesmo depois de finalizadas as restrições, o desemprego nesta faixa etária é maior do que o que se enxerga na população total. Esse retrato da taxa de desocupação entre jovens reflete a dificuldade desse grupo no âmbito profissional e as falhas que o mercado de trabalho apresenta aos entrantes desse sistema. No entanto, essa interpretação gráfica corrobora com as teorias de que com o avanço da idade, a taxa de desemprego diminui.

A taxa de desemprego média entre 2019 e o período anterior ao início das medidas de restrição em decorrência da pandemia do Coronavírus era de 17,8% para o total da população da RMS e 32% para os jovens entre 18 e 24 anos. Nesse período, já se nota que a taxa de desocupação juvenil era muito mais elevada em relação ao total.

A partir do segundo trimestre de 2020, a taxa de desemprego entre a população total começa a aumentar, chegando a 26% da força de trabalho total. Essa elevação, no entanto, é mais suave em comparação ao aumento do desemprego entre jovens, que no seu ponto mais alto, consegue superar a metade da força de trabalho juvenil. O maior desvio em relação à média da taxa da população total foi no quarto trimestre do mesmo ano, de 6,23 p.p., enquanto que o maior desvio em relação a média da taxa de jovens de 18 a 24 anos foi de aproximadamente 15 p. p., mais do que o dobro daquele observado entre a população total. Esses dados confirmam que os jovens são o grupo mais afetado diante de uma crise econômica (Borges *et al.*, 2020).

Deve-se destacar que, segundo Borjas (2012), muitos indivíduos buscam por oportunidades de trabalho, porém optaram por sair do mercado de trabalho devido à dificuldade de encontrar uma colocação. Esses profissionais desmotivados, como

apontado pelo autor, não são incluídos na contagem oficial de desempregados. Isso implica que a taxa de desemprego registrada pode subestimar a verdadeira magnitude do problema da subutilização da mão de obra, principalmente em momentos posteriores a recessões econômicas, quando uma considerável parcela de trabalhadores desalentados aguarda o término da crise (Borjas, *Ibid.*).

A Tabela 1 resume as taxas de desemprego dos jovens entre 15 a 29 anos por condição ocupada no domicílio. A princípio, pode-se verificar que essas taxas são mais elevadas para aqueles que ocupam a posição de filhos no âmbito familiar, mas são reduzidas caso o indivíduo exerça a função de responsável. Uma questão a ser considerada, no entanto, é que as taxas de desemprego para os cônjuges em alguns períodos são menores ou muito próximas em comparação às do provedor do lar. Esse fato indica uma maior contribuição dos cônjuges na complementação do sustento da família, corroborando com a defesa de Bruschini (1994 *apud* Pereira, 1999, p.18) de que a intensificação da necessidade econômica obrigou as mulheres, nesse caso representando as cônjuges nessa condição, a buscar uma complementação para a renda familiar.

Tabela 1 - Taxas de desemprego (%) de jovens de 15 a 29 anos por condição no domicílio entre os trimestres de 2019 a 2022.

Trimestre	Responsável	Cônjuge	Filho
2019.1	14,40	19,14	42,44
2019.2	16,48	16,59	40,86
2019.3	14,53	15,20	35,16
2019.4	15,09	15,54	39,79
2020.1	14,40	19,14	42,44
2020.2	25,76	21,48	40,11
2020.3	20,47	15,54	53,86
2020.4	27,33	17,80	56,90
2021.1	29,61	15,17	49,24
2021.2	35,55	15,20	48,05
2021.3	28,95	29,87	40,80
2021.4	30,93	26,70	38,52
2022.1	27,87	27,54	35,84
2022.2	22,97	21,31	42,27
2022.3	27,20	14,25	38,91
2022.4	19,67	12,35	35,34

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

4.2 GÊNERO

A Tabela 2 mostra a distribuição da população de jovens residentes entre 15 e 29 anos dividida por gênero e faixas etárias entre 2019 e 2022. A distribuição dos gêneros masculino e feminino por faixa etária na RMS possui uma característica relativamente equilibrada em termos quantitativos. Ao longo dos últimos anos, os adolescentes entre 15 e 17 anos mantiveram índices populacionais aproximadamente divididos pela metade entre os sexos masculino e feminino, com os homens representando uma porcentagem ligeiramente maior do que as mulheres nessa faixa etária.

Tabela 2 - Distribuição da população jovem dividida por gênero e faixas etárias (%) 2019 - 2022.

Faixa etária	2019		2020		2021		2022	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
15 a 17 anos	8,85	8,58	8,89	8,54	9,28	7,67	8,70	8,59
18 a 24 anos	22,73	24,42	19,95	25,11	23,66	24,26	23,82	22,86
25 a 29 anos	16,26	19,15	17,94	19,56	16,53	18,60	17,73	18,29

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/IBGE e cálculos próprios.
Elaboração própria. 2023

Entre os 18 e 24 anos de idade, a proporção entre o sexo masculino e feminino pouco se alterou, mantendo-se a paridade quantitativa entre esses dois grupos, apesar de um pequeno aumento no número de mulheres em relação aos homens nos anos de 2020 e 2021. Em relação à faixa etária dos jovens adultos de 25 a 29 anos, registrou-se uma maior percentagem de mulheres em relação aos homens em todos os anos. Apesar dessas pequenas diferenças em termos proporcionais, pode-se concluir que a população de jovens de 15 a 29 anos da Região Metropolitana de Salvador é igualmente distribuída entre homens e mulheres.

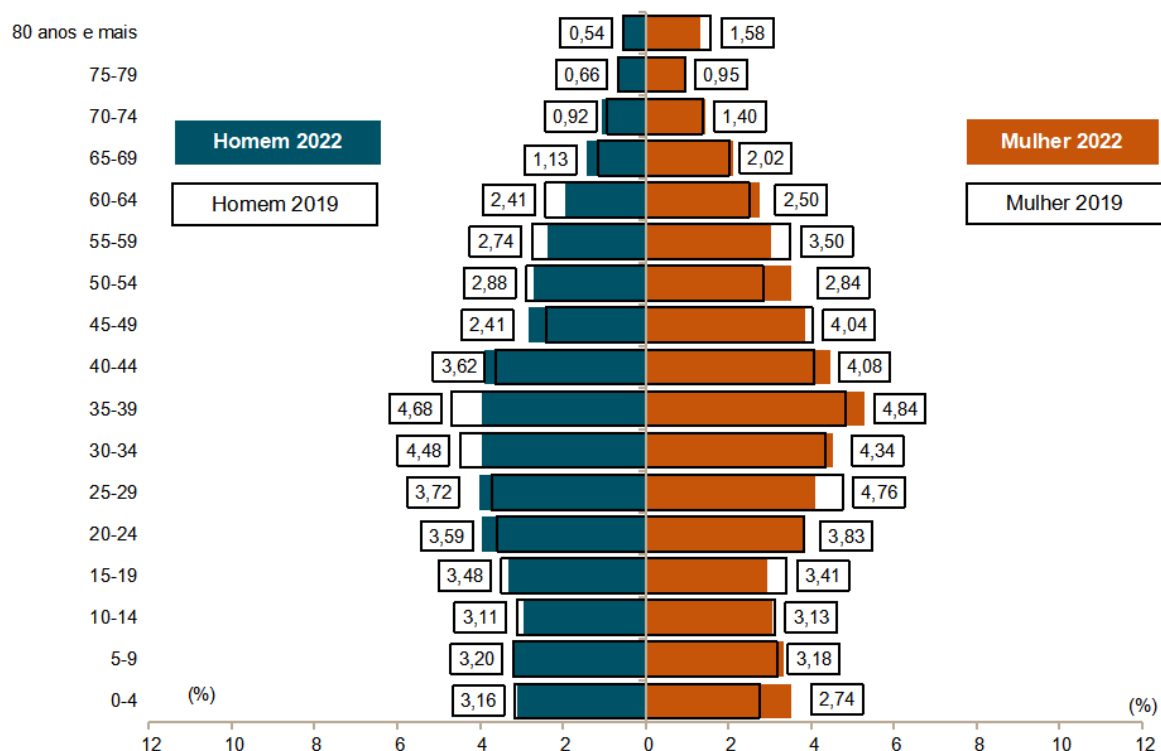
Verificar a população residente em um contexto de análise na disparidade de oportunidades de trabalho entre gêneros é importante no sentido de determinar se há uma representação equitativa em termos populacionais, para que a análise dessas representações na força de trabalho seja feita de forma a considerar a participação relativa de cada gênero no mercado de trabalho.

Ainda considerando a perspectiva populacional, não deve-se deixar de ter em conta a questão do bônus demográfico dessa região. Esse bônus se refere ao período em que a proporção da população em idade ativa é relativamente maior em comparação com as faixas etárias dependentes, como os idosos, criando oportunidades econômicas, em decorrência do contingente de trabalhadores potenciais. Tal bônus permite que a população em idade ativa contribua para o crescimento econômico. O Gráfico 2 ilustra a pirâmide etária da Região Metropolitana de Salvador no fim do ano de 2019 e de 2022.

Uma pirâmide etária ideal é aquela que possui a base larga, com as faixas etárias

mais jovens indicando uma proporção maior em relação à população mais velha. Conforme o avanço das idades, deve haver um estreitamento gradual, com uma transição suave para as faixas etárias mais velhas. A distribuição entre homens e mulheres deve ser equilibrada, resultando em uma pirâmide simétrica. No entanto, percebe-se que a Região Metropolitana de Salvador possui uma pirâmide estreita, indicando ser uma população mais envelhecida, com a taxa de natalidade mais baixa. Uma pirâmide etária desequilibrada já indicaria possíveis impactos em uma economia, tal como a pressão nos sistemas de seguridade social, menor consumo, dificuldades para o sistema de aposentadoria e na produtividade e crescimento econômico. Tal cenário se torna ainda pior haja visto que na região há uma subutilização considerável na força de trabalho jovem, como se vê adiante.

Gráfico 2 - Pirâmide etária da população residente da RMS em 2019 e 2022.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

A Tabela 3 mostra as taxas de participação na força de trabalho por gênero e faixa etária durante os trimestres de 2019 a 2022. A força de trabalho juvenil é composta pelos indivíduos que procuraram trabalho, obtendo êxito ou não, e a taxa de participação foi composta pela proporção dos indivíduos na força de trabalho que

estão ocupados ou tomaram providências para encontrar emprego em relação ao total da população jovem em idade de trabalhar. Como esperado, as taxas de participação são mais baixas para a faixa etária dos 15 aos 17 anos, independentemente do gênero, o que demonstra que a maioria da população adolescente da RMS está fora do mercado de trabalho. Este resultado pode estar relacionado com o fato de que, nessa idade, os adolescentes ainda estão concluindo sua fase escolar.

Naturalmente, conforme o avanço da idade, essa porcentagem aumenta, tanto para os homens, quanto para as mulheres. No entanto, na faixa etária dos 15 a 17 anos a participação masculina é quase sempre maior do que a feminina em todos os períodos, o que sugere que os rapazes iniciam sua jornada no mercado de trabalho antes do que as meninas.

Na população jovem entre os 18 e 24 anos, a participação feminina segue o mesmo comportamento que na faixa etária anterior: é menor para as mulheres do que para os homens em todos os trimestres, tendo o seu nível mais baixo no terceiro trimestre de 2020, quando o agravamento da pandemia da Covid-19 levou ao fechamento de diversos estabelecimentos, enquanto a participação masculina permaneceu praticamente inalterada.

Nessa etapa, percebe-se uma desigualdade de participação entre os dois gêneros, algo que caracteriza um menor ingresso das mulheres no mundo do trabalho em relação aos homens. Na faixa etária dos 25 a 29 anos, essa diferença permanece, mas observa-se um grande contingente de jovens-adultos na força de trabalho metropolitana de Salvador. Apesar da população da RMS ter um nível populacional equilibrado entre homens e mulheres em todas as faixas, as diferenças nas taxas de participação são evidentes.

Tabela 3 - Taxa de participação (%) de jovens entre 15 a 29 anos por gênero e faixa etária na Região Metropolitana de Salvador entre os trimestres de 2019 a 2022.

Trimestre	15 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 29 anos	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
2019.1	37,79	29,19	79,94	73,92	88,04	83,32
2019.2	35,85	32,71	81,58	72,57	91,42	80,84
2019.3	37,25	20,89	80,11	69,81	90,25	77,35
2019.4	31,41	28,59	80,29	72,17	89,41	76,60
2020.1	37,79	29,19	79,94	73,92	88,04	83,32
2020.2	29,33	17,48	64,73	59,82	70,36	64,93
2020.3	13,60	19,35	73,17	48,72	94,67	86,66
2020.4	40,78	20,28	75,32	62,28	87,16	79,05
2021.1	28,58	15,46	67,92	58,45	89,23	77,26
2021.2	32,50	23,33	67,73	52,76	91,33	60,41
2021.3	31,73	7,96	75,77	61,25	92,17	71,89
2021.4	37,63	18,64	81,78	66,92	92,39	76,21
2022.1	33,42	17,35	76,99	71,54	92,21	73,34
2022.2	32,55	22,06	82,95	71,77	90,42	75,70
2022.3	33,08	20,15	82,27	70,27	88,29	75,56
2022.4	28,67	22,79	75,04	65,95	83,50	75,46

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

Kon (2016) destaca que as condições enfrentadas pelas mulheres como participantes do mercado de trabalho foram sempre diferenciadas e desvantajosas em relação ao trabalho masculino. Isso se verificou porque a divisão sexual do trabalho para a manutenção da família no decorrer do tempo atribuiu ao homem a função de principal provedor das necessidades da casa. No entanto, observa-se para os países em desenvolvimento e desenvolvidos uma tendência histórica em direção à participação crescente da mulher no mercado de trabalho.

Apesar disso, verifica-se uma taxa de desemprego maior para as mulheres do que para os homens (Tabela 4) em todos os trimestres entre 2019 e 2022. As maiores taxas de desemprego das mulheres aconteceram no período da pandemia da Covid-19, 48,93% no terceiro trimestre de 2020 e 56,79% no segundo trimestre de 2021, em contrapartida, uma das menores taxas registradas para os homens foi de 23,34% no segundo trimestre de 2021.

Tabela 4 - Taxa de desemprego (%) de jovens entre 15 a 29 anos por gênero na região Metropolitana de Salvador entre os trimestres de 2019 a 2022.

Trimestre	HOMEM	MULHER
2019.1	26,04	35,25
2019.2	26,61	34,57
2019.3	22,69	34,37
2019.4	22,61	36,92
2020.1	26,04	35,25
2020.2	35,41	38,85
2020.3	33,48	48,93
2020.4	42,01	47,23
2021.1	30,89	42,34
2021.2	23,34	56,79
2021.3	29,43	47,31
2021.4	34,13	34,96
2022.1	29,26	37,68
2022.2	29,94	36,89
2022.3	30,23	36,12

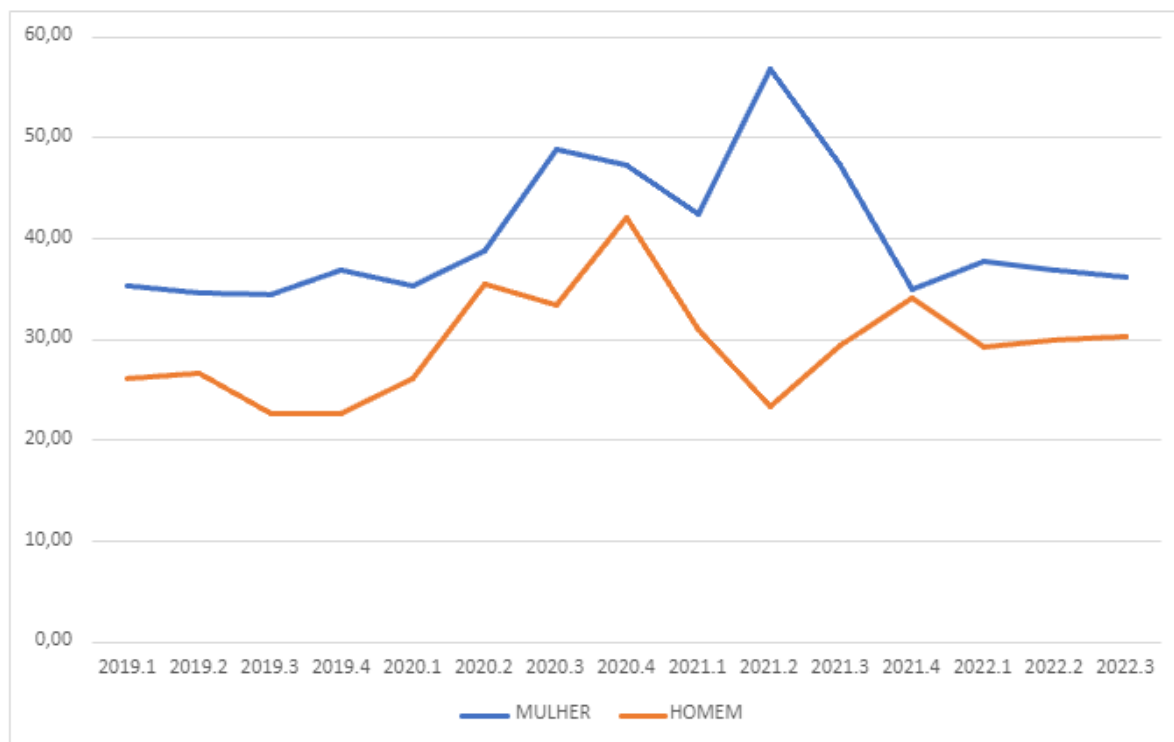
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

Demonstra-se que no período contemporâneo, há uma participação crescente da força de trabalho feminina no mercado. Essa inserção ocorreu em parte pela maior necessidade econômica, intensificada pela deterioração dos salários reais dos trabalhadores, obrigando as mulheres a buscar uma complementação para a renda domiciliar (Bruschini, 1994 *apud* Pereira, 1999, p. 18).

Porém, apesar das mulheres adquirirem ao longo do tempo maior participação no mercado de trabalho, sua participação se dá de forma segregada em alguns ramos de trabalho que geralmente remuneram mal, exigem baixa qualificação e são

associados a trabalhos secularmente desenvolvidos por mulheres (Pereira, 1994, p.16), como é o caso por exemplo, do setor de serviços (Rodrigues; Silva, 2011).

Gráfico 3 - Taxa de desemprego de jovens entre 15 a 29 anos por gênero na região Metropolitana de Salvador entre os trimestres de 2019 a 2022.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

A Tabela 5 mostra o tempo de procura por emprego por gênero entre 2019 e 2022. A maior parte da população masculina jovem desocupada que tomou providências para conseguir um emprego teve um tempo de procura por trabalho em média entre um mês a menos de um ano em todos os períodos analisados, porém a maior parte das mulheres precisou procurar por emprego por um período de, em média, 2 anos ou mais.

Tabela 5 - Tempo de procura por emprego por gênero - porcentagem (%) da população jovem por gênero desocupada que tomou providências para conseguir um emprego. 2019 - 2022.

Trimestre	Menos de 1 mês		De 1 mês a menos de 1 ano		De 1 ano a menos de 2 anos		2 anos ou mais	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER
2019.1	20,49	16,38	40,59	38,99	11,93	19,33	26,97	25,28
2019.2	15,75	8,48	46,15	40,55	10,5	19,32	27,58	31,62
2019.3	10,92	4,88	45,18	40,44	13,05	19,76	30,85	34,92
2019.4	15,03	5,96	37,07	34,88	10,31	16,16	37,56	42,97
2020.1	20,49	16,38	40,59	38,99	11,93	19,33	26,97	25,28
2020.2	7,34	5,76	70,7	47,79	5,09	14,08	16,86	32,36
2020.3	12,59	1,3	53,21	58,1	8,8	12,64	25,4	27,93
2020.4	23,73	3,76	46,11	48,82	8,99	11,25	21,16	36,15
2021.1	14,35	5,23	50,06	35,31	9,78	10,61	25,78	48,83
2021.2	16,43	3,25	41,98	30,94	14,22	14	27,34	51,79
2021.3	12,38	7,05	40	24,48	14,18	13,33	33,44	56,13
2021.4	12,24	3,22	44,59	22,61	16,54	14,83	26,6	59,32
2022.1	15,94	5,52	32,33	27,59	14,63	10,36	37,08	56,51
2022.2	10,97	6,83	45,7	27,64	11,96	14,03	31,35	51,49
2022.3	8,7	9,41	39,95	34,76	11,65	16,46	39,7	39,34
2022.4	21,88	13,47	30,41	26,31	26,24	15,99	21,45	44,21
MÉDIA	14,95	7,31	44,04	36,14	12,49	15,09	28,51	41,51

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

Em relação às disparidades de oportunidades de trabalho entre gêneros, Kon (2016) destaca que, de uma forma geral, nos países menos desenvolvidos, as decisões dos agentes econômicos sobre a absorção dos trabalhadores de acordo com o gênero nos processos produtivos, tanto pelo lado do empregador quanto pelo do trabalhador, refletem a mentalidade dominante de segregação e discriminação que desfavorece as mulheres.

Ressalta-se ainda uma participação maior dos homens na informalidade do que das mulheres, como é observado nas taxas de informalidade por gênero que constam na Tabela 6. A informalidade, nesse estudo, é entendida como o percentual de trabalhadores informais em relação ao total da população ocupada. Ou seja, aqueles trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada, autônomos sem

contribuição previdenciária e empregadores sem registro formal da empresa. A faixa etária de jovens possui uma taxa de informalidade muito alta, característica de trabalhadores jovens de regiões metropolitanas (Santos; Santos, 2011).

Tabela 6 - Taxa de informalidade (%) por gênero entre os trimestres de 2019 a 2022.

Trimestre	HOMEM	MULHER
2019.1	49	43
2019.2	47	45
2019.3	46	43
2019.4	48	36
2020.1	49	43
2020.2	41	23
2020.3	45	41
2020.4	53	29
2021.1	49	29
2021.2	53	35
2021.3	47	41
2021.4	54	45
2022.1	43	39
2022.2	49	42
2022.3	49	37
2022.4	46	44

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

4.3 RAÇA/COR

A Tabela 7 mostra o total da população na força de trabalho dividida por raça/cor da Região Metropolitana de Salvador e suas respectivas taxas de desocupação entre os trimestres de 2019 a 2022. As pessoas que se autodeclararam pretas e pardas apresentaram taxas de desocupação na maioria das vezes maiores do que as que autodeclararam brancas, amarelas e indígenas, alcançando na média 34,64% ao longo do período, enquanto as pessoas não negras atingiram 31,08%. É importante observar que a média da população negra na força de trabalho correspondeu a um

número aproximadamente 5,8 vezes maior do que a média da população não negra ao longo dos últimos 4 anos.

É interessante destacar também que a taxa de desemprego da população negra foi uma das maiores no período mais intenso da Pandemia da Covid-19, em meados de 2020, contrastando com a menor taxa de desocupação apresentada no mesmo período, para a população não negra. Esses dados sugerem que a população negra da RMS, apresentando uma maior porcentagem da população na força de trabalho em termos absolutos, foi a que mais sofreu com a queda de postos de trabalho durante o *lockdown*. Quando observamos as taxas de desemprego em relação à população total na força de trabalho podemos ver que proporcionalmente os jovens negros enfrentam um impacto maior, uma vez que o número absoluto de jovens negros desempregados é maior que o número de jovens não negros desempregados. Essa análise destaca a desigualdade proporcional no acesso ao emprego entre os dois grupos.

Tabela 7 - Total da população na força de trabalho negra e não negra da RMS entre 15 e 29 anos de idade e respectivas taxas de desocupação nos trimestres 2019 a 2022.

Trimestre	Total da população na força de trabalho		Taxa de desemprego (%)	
	Negra	Não Negra	Negra	Não Negra
2019.1	600.381,00	93.121,00	30,60	30,98
2019.2	619.856,00	100.561,00	31,10	26,96
2019.3	564.644,00	101.320,00	28,50	27,22
2019.4	526.910,00	105.160,00	30,34	27,56
2020.1	600.381,00	93.121,00	30,60	30,98
2020.2	388.431,00	51.338,00	37,50	34,45
2020.3	458.788,00	88.194,00	45,63	20,65
2020.4	517.608,00	78.440,00	46,03	34,59
2021.1	464.033,00	70.536,00	36,17	40,83
2021.2	446.131,00	84.384,00	39,71	28,88
2021.3	533.409,00	92.981,00	36,23	40,50
2021.4	555.323,00	101.667,00	33,86	37,95
2022.1	521.748,00	106.651,00	32,74	34,31
2022.2	532.783,00	85.875,00	34,11	27,21
2022.3	511.789,00	98.862,00	33,20	31,44
2022.4	505.683,00	87.702,00	27,99	22,77

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

A persistência da discriminação racial na sociedade se caracteriza como um desafio à plena inserção da juventude negra no mercado de trabalho. Embora medidas legais e sociais tenham avançado, a juventude negra muitas vezes continua a encontrar barreiras na sua busca por oportunidades igualitárias. Essa discriminação pode se manifestar de várias maneiras, como a recusa injustificada por vagas e as disparidades salariais. Tais obstáculos são prejudiciais não apenas ao ambiente laboral como também à economia como um todo, limitando o pleno potencial dessa força de trabalho.

Segundo Furtado (1958), a discriminação racial pode ser vista como um problema social sistêmico em que a juventude negra enfrenta nos mais diversos eixos da sua interação com a sociedade. Esse é um problema histórico, que nasce junto ao início da formação econômica do país, a partir da deficiente distribuição da riqueza, da pobreza e da desigualdade sofridas pelos ex-escravizados em uma economia de transição para o trabalho assalariado.

De acordo com Rodrigues e Silva (2011) não deve-se deixar de considerar a condição juvenil levando em conta a inserção diferenciada no mercado de trabalho e as questões da cor ou raça nesse processo. Apesar de Salvador possuir a maior parte de sua população formada por negros, é preciso lançar um olhar que leve em consideração as características sobre essa população. A tese defendida pelos autores, portanto, é que a juventude é internamente diferenciada e apresenta um perfil precário no mercado de trabalho. No entanto, a juventude não branca vivencia essa diferença de forma mais precária ainda. Para os autores:

Problematizar a condição juvenil considerando a inserção diferenciada no mercado de trabalho e levando em conta a variável cor ou raça pode permitir lançar um olhar menos homogeneizador sobre a juventude baiana. (...) Na particularidade baiana, a condição juvenil diferenciada experimentada pelos não brancos os coloca na situação de experimentar os índices mais precários no mercado de trabalho (Rodrigues; Silva, 2011, p. 161)

4.4 ESCOLARIDADE

Analisando as taxas de desocupação em uma perspectiva educacional, verifica-se, como esperado, que essas taxas regularmente são mais altas para aqueles que possuem graus de instrução mais baixos, reduzindo significativamente caso possuam o ensino superior completo (Tabela 8). Segundo Fraga (2006), a educação possibilita que os agentes econômicos possuam maior competitividade, dessa forma, diminuindo a probabilidade do indivíduo ficar desempregado, uma vez que o leque de competências será elevado. Porém, de acordo com Barros e outros (1997 *apud* Fraga, 2006, p. 29) essa relação não é monotônica, uma vez que pode assumir uma relação não linear.

Tabela 8 - Taxas de desemprego (%) por grau de instrução de jovens de 15 a 29 anos entre os trimestres de 2019 e 2022.

Trimestre	Sem Instrução/ Fundamental Incompleto	Fundamental Completo/ Médio Incompleto	Médio Completo/ Superior Incompleto	Superior Completo
2019.1	35,92	44,55	27,20	19,74
2019.2	45,36	42,7	26,41	13,64
2019.3	38,69	41,93	23,04	20,36
2019.4	43,81	36,77	26,27	19,87
2020.1	35,92	44,55	27,20	19,74
2020.2	66,73	58,78	29,39	20,93
2020.3	76,59	57,06	37,87	24,77
2020.4	45,71	52,81	46,57	17,62
2021.1	41,54	56,93	32,33	20,88
2021.2	25,00	50,24	38,84	16,59
2021.3	27,54	53,18	36,14	15,78
2021.4	39,83	45,59	33,13	16,44
2022.1	55,26	36,85	31,79	16,77
2022.2	40,72	36,54	34,07	13,49
2022.3	61,12	45,42	28,08	8,51
2022.4	37,41	42,61	25,26	4,63

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

4.5 RENDIMENTOS

Incluir os rendimentos na análise de desocupação ou do mercado de trabalho juvenil é de extrema importância para determinar o bem-estar econômico, refletido na qualidade de vida e nas oportunidades disponíveis para os jovens trabalhadores. Tal variável pode ser um forte indicador da capacidade de os jovens poderem acessar uma educação de qualidade e obter desenvolvimento profissional, melhorando suas perspectivas de emprego e renda no futuro. Os rendimentos domiciliares *per capita*, que indicam a soma dos rendimentos familiares dividida por cada indivíduo do domicílio, podem ser um indicador das condições familiares que os jovens possuem e conseqüentemente, indicar as condições de ingresso no mundo do trabalho e

revelar questões de desigualdade econômica. Jovens com menos acesso a níveis mais elevados de renda e de instrução, por exemplo, podem enfrentar menores oportunidades, o que acaba perpetuando a desigualdade.

De acordo com Cacciamali e Tatei (2017), a literatura destaca que os trabalhadores jovens com menor grau de instrução e com menor experiência são os mais afetados pelo desemprego, principalmente se eles procedem de classes de menor renda. Esse cenário pode ser causado pelo fato de que jovens provenientes de famílias mais pobres enfrentam maiores dificuldades para atingir uma suficiência escolar que os tornem competitivos no mercado. No entanto, a necessidade de complementar a renda domiciliar os leva ao dilema entre trabalho e estudo, ocasionando muitas vezes no abandono escolar.

A desigualdade também acaba limitando o acesso a recursos para procurar uma ocupação, como internet, vestuário adequado para entrevistas e transporte, o que torna mais difícil encontrar um emprego. Em relação à manutenção do trabalho, quem é desfavorecido economicamente enfrenta dificuldade com serviços de saúde, precarizando ainda mais a entrada e permanência em uma ocupação.

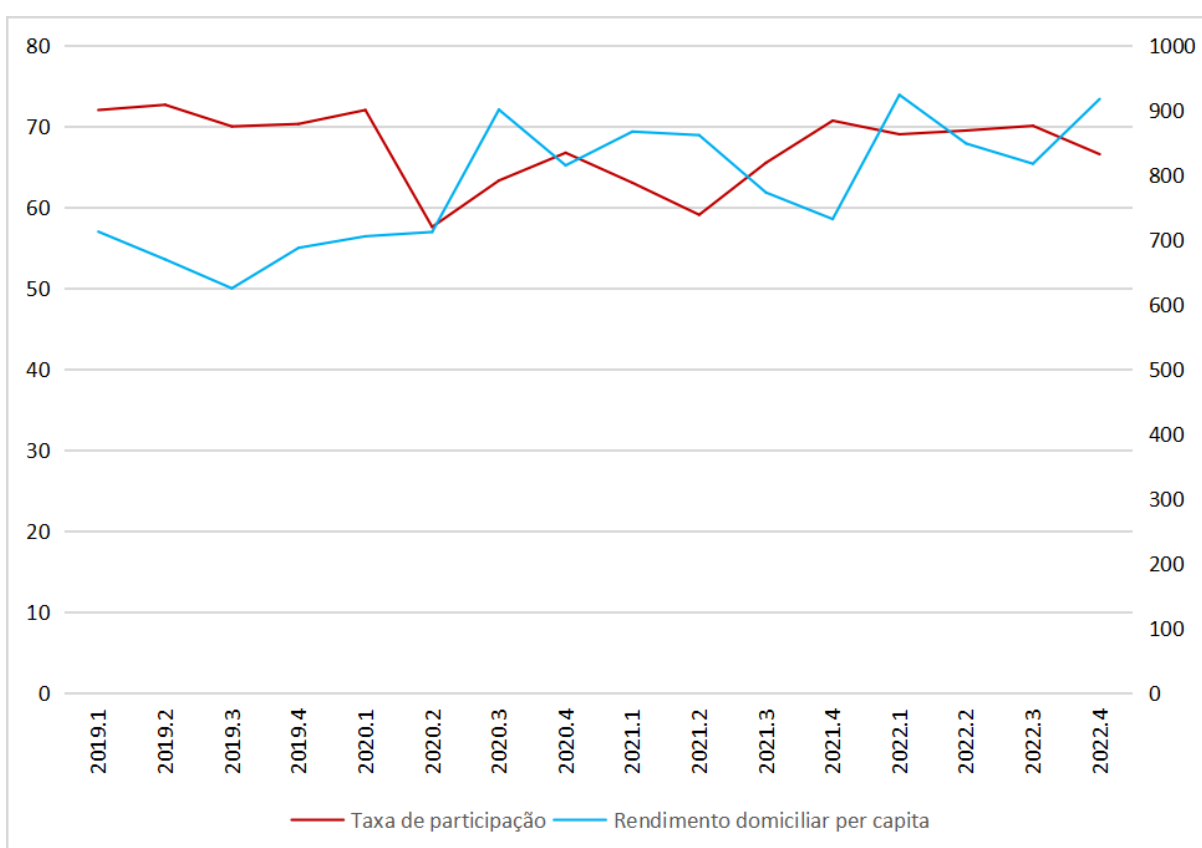
A força de trabalho, segundo Marx, enquanto mercadoria a ser explorada no sistema capitalista, deve ser mantida pelo menos com as condições necessárias à sua manutenção e reprodução (Marx, 1867). Incluindo nessas condições alimentação, moradia e saúde. Porém, os capitalistas, ao buscarem maximizar seus lucros, reduzem os custos da manutenção da força de trabalho, levando a condições precárias de vida dos trabalhadores.

Nesse sentido, a região Metropolitana de Salvador, fazendo parte de um contexto econômico capitalista, reflete tais características de uma forma ainda mais acentuada, uma vez que carrega um peso histórico muito significativo em relação à exploração do trabalho, à distribuição de renda desigual e à discriminação.

Nos períodos de menores níveis de rendimento domiciliar *per capita*, a taxa de participação dos jovens entre 15 e 29 anos apresentou-se em seus maiores valores, conforme mostra o Gráfico 4. Na pandemia, essa taxa de participação caiu

drasticamente. A partir daí, a taxa de participação começa a se elevar, porém permanece em um nível mais reduzido. Quando os rendimentos domiciliares *per capita* diminuem, a taxa de participação aumenta novamente, seguindo esse mesmo comportamento até o fim do período analisado. Percebe-se que no geral a taxa de participação apresenta um comportamento contrário ao dos rendimentos domiciliares *per capita*, ou seja, quando os rendimentos estão em níveis baixos, essa taxa se eleva e vice-versa.

Gráfico 4 - Rendimentos domiciliares *per capita* de jovens de 15 a 29 anos entre os trimestres de 2019 a 2022 e respectivas taxas de participação, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.

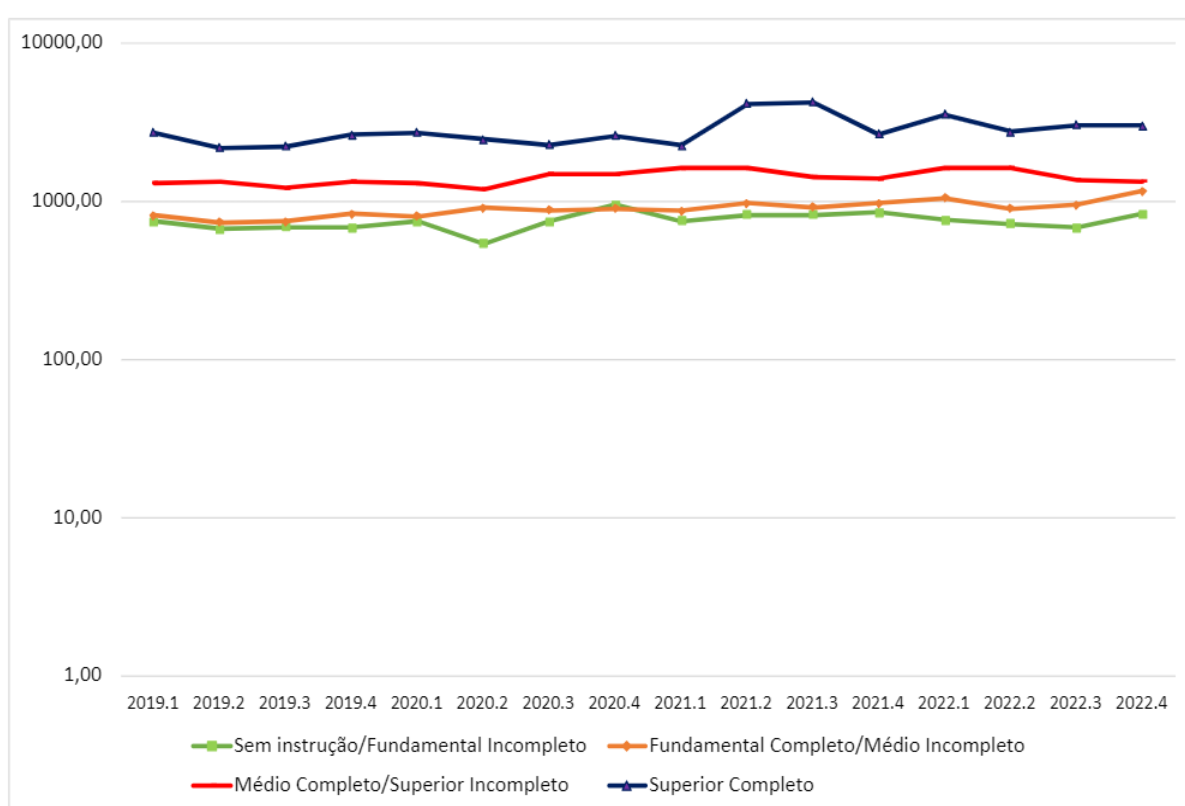


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

Tal comportamento parece indicar que os jovens buscam emprego quando os rendimentos domiciliares *per capita* estão reduzidos, portanto, a condição familiar mais vulnerabilizada força os jovens a procurarem emprego. No entanto, conforme foi visto nas análises anteriores, essa força de trabalho em uma grande proporção permanece desempregada.

No Gráfico 5 é possível observar os rendimentos mensais efetivos de jovens entre 15 a 29 anos por grau de instrução. É importante ressaltar que jovens até os 24 anos provavelmente ainda não concluíram sua escolaridade formal (Gonzaga, 2011). Porém, como uma análise geral, pode-se perceber que, como esperado, ao longo da conclusão dessas fases de estudo, os rendimentos são sucessivamente maiores.

Gráfico 5 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens de 15 a 29 anos por grau de instrução entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.



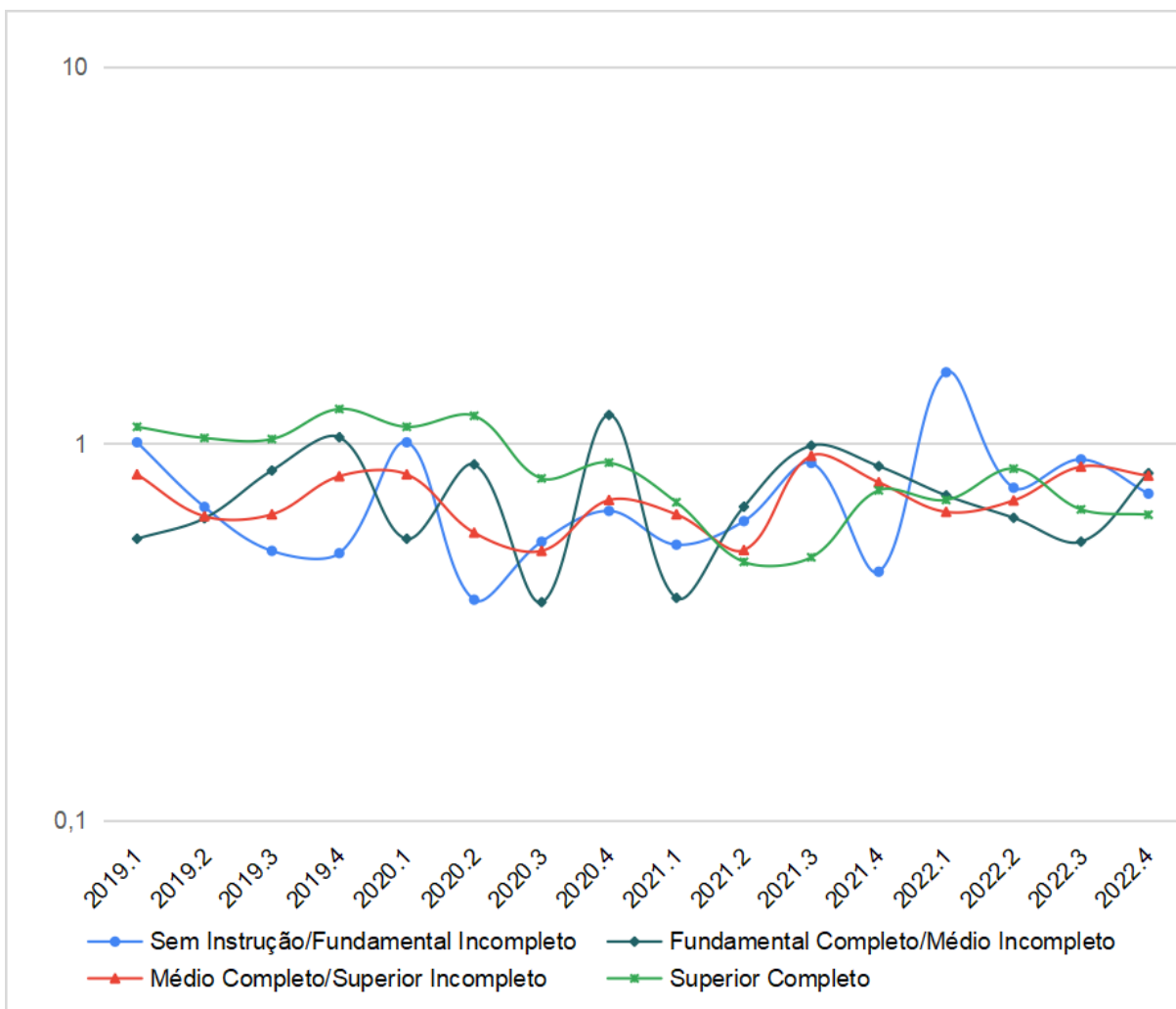
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

Já no Gráfico 6, é possível analisar as disparidades de gênero quanto aos ganhos mensais de mulheres em comparação aos ganhos de homens. Em todos os níveis de instrução os rendimentos das jovens mulheres são proporcionalmente menores do que os dos jovens homens. Além disso, a diferença salarial entre os gêneros se mantém praticamente inalterada ao longo dos graus de escolaridade: as mulheres ganham em média 76% do que ganham os homens até o nível do superior

incompleto, sendo que essa diferença diminui ao se alcançar o nível superior completo, indo para 86% do que ganham os homens.

Apesar dessa diferença salarial diminuir quando se alcança o nível superior completo, ainda se verifica uma disparidade de rendimentos entre homens e mulheres que chama a atenção. No Brasil, essa diferença chegou a 22% ao final de 2022. Uma brasileira ganha, em média, 78% do que ganha um homem (IBGE, 2023), já a Região Metropolitana de Salvador supera essa taxa ao alcançar uma média de 23,65% a mais no rendimento dos homens em comparação ao das mulheres.

Gráfico 6 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de mulheres como proporção do rendimento de homens por grau de instrução entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

Tabela 9 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de mulheres como proporção do rendimento de homens por grau de instrução entre os trimestres de 2019 a 2022.

Trimestre	Sem Instrução/ Fundamental Incompleto	Fundamental Completo/ Médio Incompleto	Médio Completo/ Superior Incompleto	Superior Completo
2019.1	1,01	0,56	0,83	1,11
2019.2	0,68	0,63	0,64	1,04
2019.3	0,52	0,85	0,65	1,03
2019.4	0,51	1,04	0,82	1,24
2020.1	1,01	0,56	0,83	1,11
2020.2	0,39	0,88	0,58	1,19
2020.3	0,55	0,38	0,52	0,81
2020.4	0,66	1,19	0,71	0,89
2021.1	0,54	0,39	0,65	0,7
2021.2	0,62	0,68	0,52	0,49
2021.3	0,89	0,99	0,93	0,5
2021.4	0,46	0,87	0,79	0,75
2022.1	1,55	0,73	0,66	0,71
2022.2	0,77	0,64	0,71	0,86
2022.3	0,91	0,55	0,87	0,67
2022.4	0,74	0,84	0,82	0,65

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

A sociedade ao longo das últimas décadas assiste a participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho. No entanto, se por um lado, essas transformações socioculturais conferem maior grau de liberdade e autonomia às mulheres, por outro, aumentam a precariedade em grande parte para aquelas que possuem níveis inferiores de rendimentos, com salários menores e maior instabilidade nos seus postos de trabalho (Todaro, Guzmán, 2000 *apud* Kon, 2016, p. 129).

Historicamente, o homem e a mulher desempenhavam papéis relevantes distintos enquanto produtores de bens e serviços à sociedade. Enquanto o homem sempre foi condicionado às atividades produtivas, as mulheres foram direcionadas às atividades domésticas. Todo o arranjo da economia capitalista foi criado por cima de um contexto de divisão sexual do trabalho, em que as mulheres serviriam como origem da força de trabalho enquanto reprodutoras biológicas desse contingente (Kon, 2016, p.127).

A discriminação racial e de gênero são formas de discriminação que são aplicáveis aos mesmos princípios e abordagens econômicas. Uma das teorias mais conhecidas é a Teoria Neoclássica da Discriminação desenvolvida por Becker (1957), que postula que a discriminação no mercado de trabalho ocorre quando os empregadores ou trabalhadores têm preferências discriminatórias baseadas em características pessoais, sem relação direta com a produtividade no trabalho.

Segundo essa teoria, os empregadores pagam menos e os trabalhadores discriminados aceitam a remuneração reduzida mesmo que sua produtividade seja a mesma que a de outros grupos. No entanto, tal discriminação possui custos e gera uma alocação ineficiente de recursos para o empregador. Nesse sentido, a competição no mercado e o desejo por lucro levam os empregadores a reduzir a discriminação à medida que ela se torna dispendiosa (Loureiro, 2003). Por isso, a teoria neoclássica de Becker argumenta que o investimento em educação e experiência no trabalho reduz a discriminação, uma vez que os empregadores se concentram mais nas habilidades e na produtividade dos empregados do que em suas características pessoais.

Segundo Dias (2023) a economia da Região Metropolitana de Salvador, tendo suas raízes no modelo produtivo escravista do século XIX, atravessa um período de estagnação que é o cerne de suas disparidades sociais. Inicialmente centrada em um arranjo fundiário amplamente controlado pela elite agrária, a qual ainda exerce atualmente influência sobre certas áreas urbanas, Salvador testemunha ao longo do tempo uma marcante segregação espacial. Essa segregação se entrelaça e ganha dinamismo em conjunto com uma economia estagnada, cujos esforços malsucedidos de planejamento impactaram profundamente a parcela mais vulnerável da população.

Ainda segundo o autor, diferente das regiões do Sul e Sudeste, que encontraram soluções diante do declínio do trabalho escravo, com o impulsionamento da economia do café e da mineração, a população baiana, especialmente em Salvador e na sua Região Metropolitana, enfrentou dificuldades devido à estagnação econômica e às tentativas mal-sucedidas de industrialização e crescimento econômico. Essas disparidades se agravaram com o fluxo forçado de pessoas para

áreas de encostas na cidade, resultando posteriormente em um desequilíbrio urbano que prejudicou significativamente a dinâmica e a fluidez da economia metropolitana (Dias, 2023).

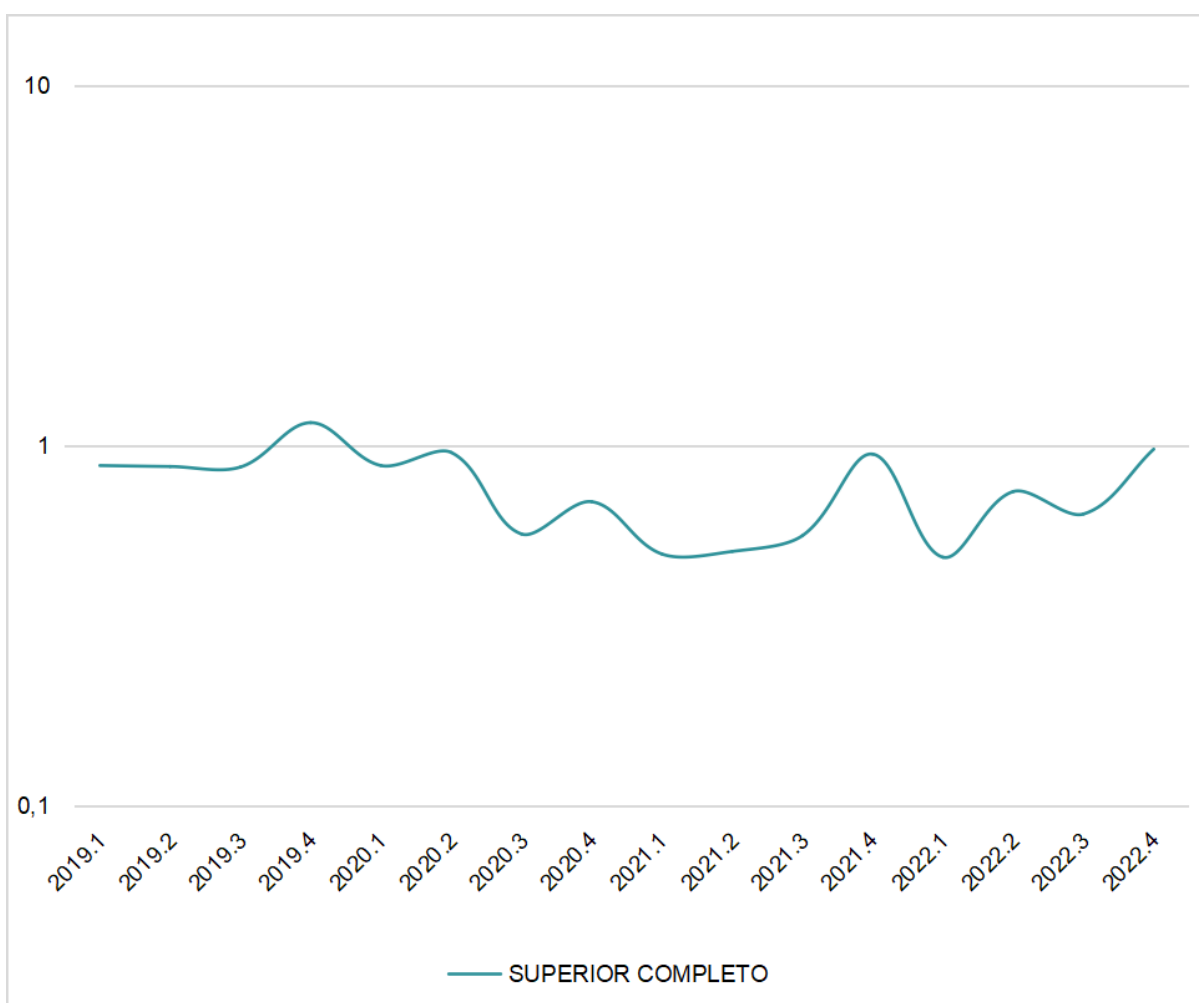
Nesse contexto, Salvador destaca-se como uma das cidades mais densas, contrastando com uma Região Metropolitana relativamente despovoadas. Essa distinção torna-se ainda mais acentuada ao se considerar o nível extremamente limitado de diversificação econômica da cidade em termos de serviços e produção, com a concentração significativa de empregos na área central da metrópole, enquanto os bairros periféricos carecem desses serviços. Esse fenômeno resulta em um intenso fluxo populacional em direção ao centro, dificultado pela má gestão do transporte público, historicamente favorecendo a população mais rica. Esses elementos, combinados a um planejamento urbano inadequado, configuram um modelo que intensifica a segregação de uma população já economicamente segregada (Dias, *Ibid.*).

Não é novidade, portanto, que as análises apontem para uma intensa exclusão social e que os jovens, que de uma forma inerente já enfrentam dificuldades maiores por uma colocação no mundo do trabalho, se vejam em uma situação de vulnerabilidade ainda maior no contexto social. Os dados de rendimento mostram que, em todos os níveis de escolaridade, os rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos são menores para as mulheres do que para os homens mas apresenta comportamento diferenciado em uma análise racial, porém com negros tendo rendimentos em determinados períodos maiores, e em outros menores do que não negros.

No que tange às disparidades de rendimentos entre negros e não negros, os dados mostram que na RMS essas diferenças acontecem de maneira desproporcional. Sabe-se que a grande maioria da população dessa região se autodeclara preta ou parda, configurando uma parcela de mais de 80% da população classificada como negra. Os outros 20% são brancos, amarelos e indígenas, considerados nesse estudo no grupo dos “não negros”. Percebe-se graficamente que os rendimentos de pessoas negras são próximos dos rendimentos de pessoas não negras, mas são bem menores em alguns períodos, e apesar de crescerem junto ao avanço dos

graus de instrução, têm um nível menor do que o de pessoas não negras principalmente no nível superior. É importante pontuar que esse resultado pode estar associado ao fato de que a população residente de jovens negros é muito maior do que não negros, o que pode causar uma maior dificuldade em termos comparativos.

Gráfico 7 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros de 15 a 29 anos com ensino superior completo como proporção do rendimento de jovens não negros entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua/IBGE
Elaboração própria. 2023

Um aspecto desse tópico que chama atenção, é que as diferenças são evidentes quando se alcança o grau de ensino superior completo. O Gráfico 7 mostra os rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros com o superior completo como proporção do rendimento de jovens não negros com a mesma escolaridade. Esse resultado demonstra, conforme Rodrigues e Silva (2011)

que a junção entre a juventude e a discriminação aponta uma barreira ainda maior para a plena inserção dos jovens negros no mercado de trabalho.

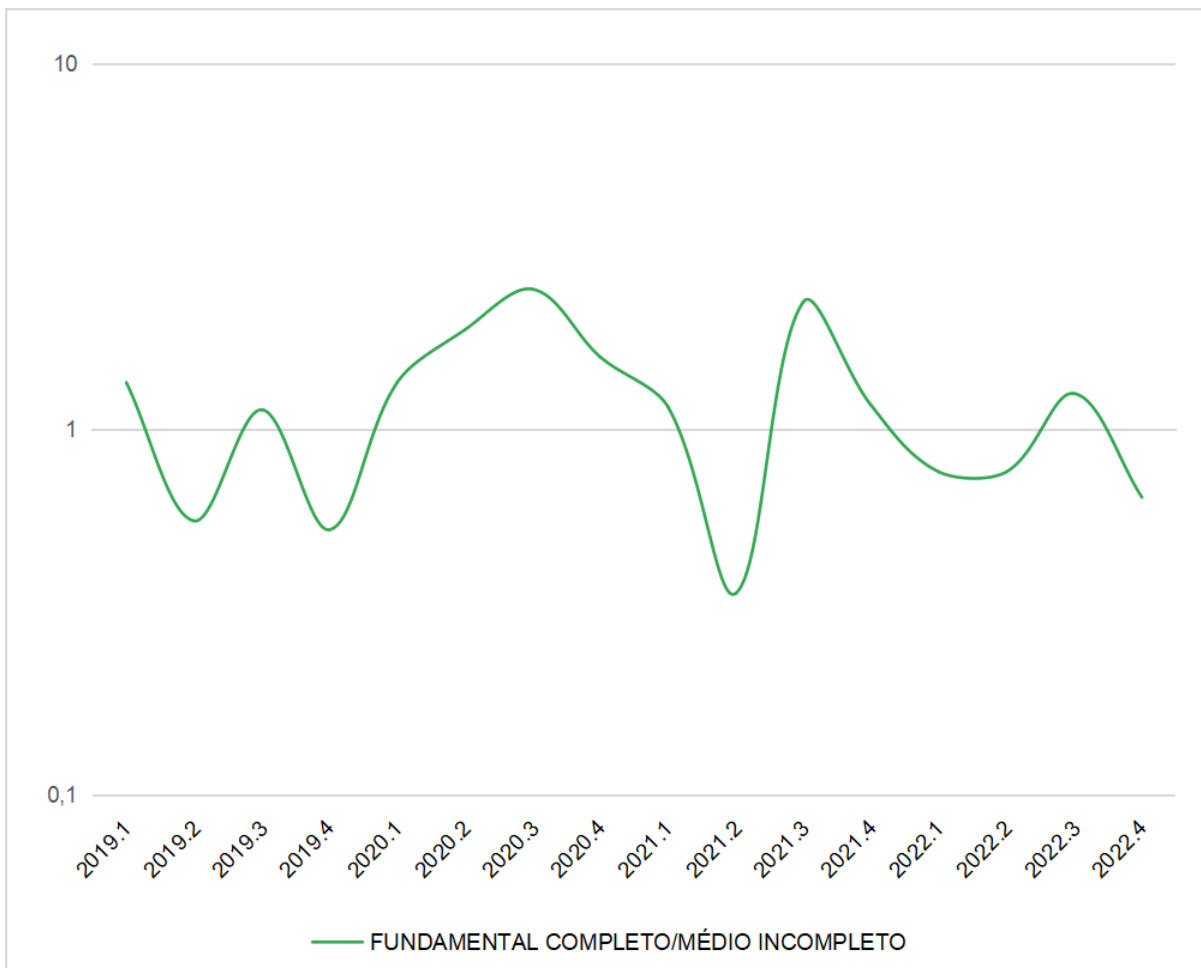
Gráfico 8 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros de 15 a 29 anos sem instrução ou fundamental incompleto como proporção do rendimento de jovens não negros entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

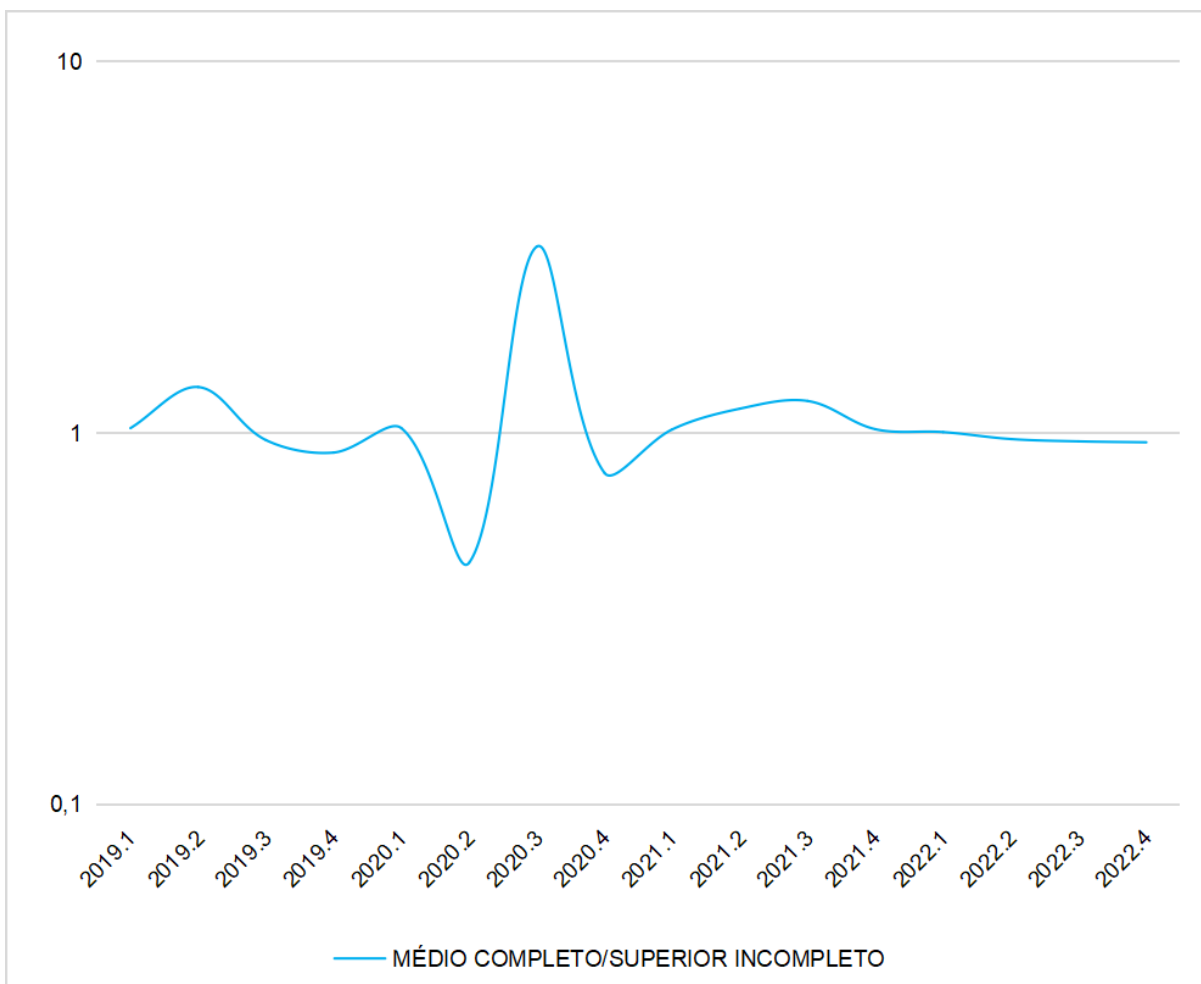
No entanto, os Gráficos 8, 9 e 10 mostram que, em graus de instrução entre sem instrução ao superior incompleto, os jovens negros conseguem atingir um nível maior na remuneração efetiva de todos os trabalhos em determinados pontos. Essas diferenças, no entanto, duram apenas alguns períodos, para depois caírem.

Gráfico 9 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros de 15 a 29 anos com fundamental completo ou médio incompleto como proporção do rendimento de jovens não negros entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

Gráfico 10 - Rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros de 15 a 29 anos com ensino médio completo ou superior incompleto como proporção do rendimento de jovens não negros entre os trimestres de 2019 a 2022, em reais deflacionados em relação ao último trimestre de 2022.



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, IBGE.
Elaboração própria, 2023.

Essas comparações ajudam a criar um retrato da dinâmica distributiva entre jovens de uma mesma faixa etária, mas que apresentam perfis sociais diferentes. Na Região Metropolitana de Salvador, essa segregação é extremamente visível, tanto na forma do acesso desigual à educação de qualidade, oportunidades de emprego, quanto em relação à moradia, à saúde, ao lazer etc. A divisão espacial de Salvador, por exemplo, diz muito sobre essa questão, uma vez que praticamente a totalidade da população negra é representada pelas regiões do subúrbio e demais regiões periféricas, enquanto que espaços mais privilegiados da cidade, como os bairros situados na região da Orla marítima, apresentam concentração, principalmente, da

população branca. Tais características revelam o grau de disparidade social e da chamada “racialização dos espaços” (Cruz; Santana Filho, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desemprego juvenil é um tema muito presente na literatura econômica e suas causas e consequências fazem parte de uma pauta acadêmica que possui muita relevância, mas ganha ainda mais destaque em períodos de crise econômica. A Região Metropolitana de Salvador, enquanto palco de diversas e heterogêneas características sociais, apresenta um quadro que reflete as circunstâncias de inserção do jovem no mercado de trabalho que vai de encontro às dificuldades enfrentadas pela juventude em um contexto de desigualdade e vulnerabilidade.

Este trabalho se propôs a investigar e compreender a questão do desemprego entre jovens na RMS segundo características sociais, na busca por apontar os fatores que poderiam agravar o problema do desemprego em uma perspectiva de desigualdade. Tal objetivo nasce de um interesse por trazer dados mais atuais sobre essa problemática, considerando o cenário atípico causado pela chegada da pandemia da Covid-19, e especificar a Região Metropolitana de Salvador de maneira focalizada dentro de uma análise mais abrangente;

Espera-se com esse trabalho retomar o debate sobre a questão da juventude e mercado de trabalho dessa região a fim de chamar atenção para as ainda presentes disparidades de gênero, de raça e de distribuição da renda que afetam esse cenário, levando em consideração além disso o período pandêmico. Tal objetivo buscou ser alcançado a partir da coleta e organização de dados relacionados entre si na busca pela construção de estatísticas que ilustrassem esses diferenciais.

O objetivo geral desta pesquisa foi alcançado na medida em que se avaliou o cenário do desemprego juvenil em uma perspectiva macroeconômica, obtendo variados indicadores que fizeram parte dos objetivos específicos desta proposta tais como: 1) taxas de participação por gênero; 2) taxas de desemprego por gênero, raça, faixa etária, graus de escolaridade e condição no domicílio; 3) tempo de procura por trabalho por gênero; 4) taxa de informalidade por gênero; 5) cálculo de rendas de todos os trabalhos por gênero e raça; e 6) taxa de participação por rendimentos domiciliares *per capita*.

Esta metodologia levou a alguns resultados considerados determinantes para compreender, pelo menos em parte, o problema do desemprego entre jovens da RMS. Em primeiro lugar, foi encontrado que os gêneros são igualmente distribuídos na população residente, mas, apesar disso, a taxa de participação é maior para os homens do que para as mulheres em todas as faixas etárias. Com o aumento da idade, como esperado, as taxas de participação aumentam para ambos os gêneros.

Também encontramos que a taxa de desemprego é maior para os jovens, porém diminui conforme as idades avançam e na pandemia o aumento do desemprego foi mais profundo para a população jovem. Os graus de escolaridade apresentaram influência sobre a taxa de desemprego ao constatar que é maior para aqueles que possuem até o ensino médio incompleto e começam a decair para quem tem a partir do grau de ensino médio completo.

Ainda em relação à taxa de desemprego, foi constatado que é maior para mulheres do que para os homens. Mesmo a população residente feminina sendo ligeiramente maior que a masculina, a taxa de participação é menor ao mesmo tempo em que as taxas de desocupação são maiores. Tal elevação nas taxas foi mais profunda para mulheres no período da pandemia. Este resultado se torna mais preocupante pelo fato de que elas procuraram por emprego por mais tempo do que os homens em 2021 e 2022.

Em relação às disparidades raciais, verificou-se que a população negra na força de trabalho é muito maior do que a não negra, mas a taxa de desemprego em sua média é maior para o grupo dos pretos e pardos do que para os brancos, amarelos e indígenas, tendo inclusive sua maior taxa durante a pandemia da Covid-19.

Os rendimentos efetivos de todos os trabalhos mostraram que para todos os níveis de escolaridade os rendimentos mensais efetivos são menores para as mulheres do que para os homens e esses rendimentos apresentam comportamento diferenciado em uma análise racial, com negros tendo próximos ou menores rendimentos do que não negros. Analisando os rendimentos mensais efetivos de todos os trabalhos de jovens negros como proporção do rendimento de jovens não negros percebeu-se que os rendimentos são menores para os negros principalmente no grupo dos

jovens que possuem ensino superior completo. Nos outros graus de instrução eles conseguem atingir um nível maior em determinados períodos.

Em uma perspectiva familiar, verificou-se que as taxas são mais elevadas para os jovens que ocupam a posição de filhos, mas são menores para os responsáveis pelo lar ou cônjuges. Em relação às taxas de participação por rendimentos domiciliares *per capita*, encontrou-se que os rendimentos domiciliares menores forçam o jovem a procurar emprego ou estar empregado.

Com isso, as hipóteses do trabalho de que homens possuem maiores chances de serem empregados parece estar confirmada, porém, os rendimentos de negros por vezes são maiores do que os de não negros, exceto no grupo dos que possuem grau superior completo. As hipóteses de que a maior idade vem acompanhada de menores taxas de desemprego e que famílias com menores rendimentos forçam o jovem a estar empregado também foram confirmadas. Por outro lado, foi encontrado que jovens mulheres, negros e pessoas com menor idade possuem mais chances de estarem desocupados. O mesmo vale para aqueles com menores graus de instrução.

Sendo assim, fica claro que as características socioeconômicas da juventude configuram forte influência sobre as taxas de desemprego dessa faixa etária na região, principalmente em se tratando de gênero, raça e escolaridade. A juventude inerentemente apresenta maiores dificuldades de inserção nesse contexto, mas essas barreiras se tornam ainda mais intransponíveis quando se trata daquelas criadas pela discriminação.

Este trabalho se propôs a avaliar de maneira abrangente e geral os indicadores de desemprego para a população jovem da Região Metropolitana de Salvador, porém, como um estudo inicial, não foi aplicada uma análise de comparação com outras médias de indicadores, como as do Brasil. Portanto, no intuito de preencher possíveis lacunas no processo de análise do desemprego metropolitano de Salvador e atingir melhorias nesse estudo, em pesquisas futuras pode-se incluir uma metodologia comparativa entre os indicadores baianos e os brasileiros, com o propósito de avaliar tais diferenciais.

Discutir a inserção no mercado de trabalho entre jovens na Região Metropolitana de Salvador é um passo fundamental para a melhoria da qualidade de vida e a garantia de oportunidades para essa parcela da população, além de ser útil para se pensar no mercado de trabalho das gerações contemporâneas e futuras. Ao abordar tal tema, resgatamos a discussão sobre os desafios enfrentados por essa força de trabalho. Esse debate, portanto, contribuiu para a conscientização sobre a importância de proporcionar oportunidades igualitárias para os jovens, principalmente àqueles em situação de maior vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA. ANDI Comunicação e Direitos. **Qual a diferença entre adolescente e jovem?**. Brasília, 26 set. 2014.

Disponível em:

<https://andi.org.br/dicasparacobertura/qual-a-diferenca-entre-adolescente-e-jovem/>.

Acesso em: 23 nov. 2023.

ALVES, J. E. D. **O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004.

ARAÚJO, V. P. **A evolução do desemprego dos jovens no Brasil e no Nordeste entre 2012 e 2020**. 2021. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, UFC, Fortaleza, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/72715>. Acesso em: 1 ago. 2023

BECKER, G. **The Economics of Discrimination**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

BORCHERS, J. *et al.* Análise dos determinantes do desemprego e da informalidade juvenil no Brasil (2012-2021). *In: ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL*, 25., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPEC, 2022.

BORGES, C. G. M. *et al.* A subutilização da força de trabalho juvenil: uma análise para o Brasil e as grandes regiões entre 2012 e 2019. *In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACION*, 9., 2020. Rio de Janeiro.

Anais eletrônicos [...]. Rio de Janeiro: ALAP, 2020. Disponível em:

<https://congresosalap.com/alap2020/busca.htm?bandeira=ESP&d=14%20-%20Trabalho>. Acesso em: 1 ago. 2023

BORJAS, George J; TAYLOR, Robert B. **Economia do trabalho**. 5. ed. Porto Alegre, RS: MacGraw Hill: Bookman, 2012. 613 p.

BRASIL. **Decreto-lei n. 452, de 1 de maio de 1943**. Modifica o artigo 461, do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - (Consolidação das Leis do Trabalho). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1723.htm#:~:text=461.,de%20sexo%2C%20nacionalidade%20ou%20idade. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5452 de 1 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRASIL. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=Art.%202%C2%BA%20C

onsidera%2Dse%20crian%C3%A7a,e%20um%20anos%20de%20idade. Acesso em: 23 nov. 2023

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. São Paulo, n. 16, jan-jun. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7939?mode=full>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CARVALHO, I. M. M.; SOUZA, A. G.; PEREIRA, G. C. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. **Caderno CRH**, v. 17, n. 41, p. 281-297, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18495>. Acesso em: 5 dez. 2023.

CASTELLANOS, T. O que é análise descritiva?. **Blog QuestionPro**. [S.], c2023. Disponível em: <https://www.questionpro.com/blog/pt-br/analise-descritiva/>. Acesso em: 07 dez. 2023.

CRUZ, Cleide Daiane Sousa da.; SANTANA-FILHO, Diosmar Marcelino de. Racismo e direito à cidade: uma análise sobre a Cidade de Salvador. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, v. 8, n. 12, p. e132010-e132010, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/10749>. Acesso em: 1 ago. 2023.

CUNHA, Dênis Antônio da.; ARAÚJO, Aracy Alves de.; LIMA, João Eustáquio de. Determinantes do desemprego e inatividade de jovens no Brasil metropolitano. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 9, n. 3, p.369-392, 2011.

DIAS, C. C. S. **Diversidade e Desigualdade no Espaço Urbano de Salvador e Região Metropolitana**. [Salvador]: TV IFBA, 2023. 1 vídeo (107 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FeUHfCSsLuM&t=2739s>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DIFERENÇA salarial entre homens e mulheres vai a 22%, aponta IBGE. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 08 de mar. 2023, 8h19. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/brasil/noticia/2023/03/diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-vai-a-22-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 07 de nov. de 2023, 19h00.

FRAGA, Gilberto Joaquim. **Taxa de desemprego e o capital humano dos desempregados nos estados brasileiros**: estimativas econométricas dinâmicas de dados em painéis. 2006. 79 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

GONZAGA, Leila Luzia. Os jovens e seus desafios no mercado de trabalho. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n. 21, 2011 -. ISSN 0103-8117

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 1 ago. 2023.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: PNADC: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019-2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>. Acesso em: 1 ago. 2023

Keynes, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva Uni, 2012 [1936].

KON, Anita. **A economia do trabalho**: qualificação e segmentação no brasil. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

LOUREIRO, Paulo R. A. Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 57, p. 125-157, 2003.

LUCAS JUNIOR, Robert E. **Understanding Business Cycles**. Chicago: University of Chicago, 1977.

MANKIW, N. Gregory; ROMER, David; WEIL, David N. A contribution to the empirics of economic growth. **The quarterly journal of economics**, v. 107, n. 2, p. 407-437, 1992.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARION FILHO, P. J.; SCHUMACHER, G.; REICHERT, H. Desemprego de jovens na Região Metropolitana de Salvador (2000–2011). **Revista LABOR**. v. 1, n. 8, p. 77-94, 2012.

NASCIMENTO, J. S. **Uma análise do seguro-desemprego como instrumento de proteção social e de política pública na Região Metropolitana de Salvador de 2005-2009**. 2009. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/9330/1/TCC%20JAQUELINE%20SOARES%20NASCIMENTO.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2023.

PEDROSO, P. R.; GISI, M. L. A Pandemia – Covid 19 e os impactos na juventude: educação e trabalho. **Revista Práxis**, v. 12, n. 1, p.186-194, dez. 2020.

PEREIRA, I. G. A. **A participação da mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador (RMS), no período de 1992 a 1997**. 1999. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/14115>. Acesso em: 1 ago. 2023.

PEREIRA, A. J. S.; QUEIROZ, S. N. Geração Nem-Nem na Região Metropolitana de Salvador. *In*: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACION, 9., 2020. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ALAP, 2020. Disponível em: <https://congresosalap.com/alap2020/busca.htm?bandeira=ESP&d=14%20-%20Trabalho>. Acesso em: 5 dez. 2023

PRONI, Marcelo Weishaupt. Teorias do desemprego: um guia de estudo. **Texto para discussão**, Campinas, n. 256, ago. 2015. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/texto-para-discussao?filter_tag\[0\]=](https://www.eco.unicamp.br/texto-para-discussao?filter_tag[0]=). Acesso em: 1 ago. 2023.

RODRIGUES, Flávia S.; SILVA, Jair B. Juventude, desigualdades e mercado de trabalho na Bahia. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n. 21, 2011 -. ISSN 0103-8117

SANTOS, C. E. R.; SANTOS, M. S. Os jovens e o mercado de trabalho nas grandes regiões brasileiras: realidade, dificuldades e possibilidades no contexto recente. **BAHIA ANÁLISE & DADOS**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, n. 21, 2011 -. ISSN 0103-8117

SANTOS, D. A. **Análise do desemprego juvenil no município de Macaíba-RN em 2013**. 2014. 66 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, UFRN, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/41691>. Acesso em: 5 dez. 2013.

SICSÚ, João. Keynes e os novos-Keynesianos. **Revista de Economia Política**, v. 19, n. 2, p. 329-349, abr-jun. 1999.